



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 05/19
2019-04-29

ATA Nº 05/19

2ª Sessão Ordinária

29 de abril de 2019

--- No dia vinte e nove de abril de dois mil e dezanove, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 2ª Sessão Ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- 1. a) Expediente e informações;-----

--- b) Apreciar e votar:

- Ata n.º 09/18 referente à 5ª sessão extraordinária realizada em 18 de outubro;

- Ata n.º 10/18 referente à 5ª sessão ordinária realizada em 15 de novembro.-----

--- 2. Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas do Município de Sintra, referentes ao ano de 2018, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 286-P/2019.-----

--- 3. Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra – SMAS, referentes ao ano de 2018, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 287-P/2019-----

--- 4. Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Sintra, referentes ao ano de 2018, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 319-P/2019-----

--- 5. Tomar conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2018 da Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra - EMES, EM SA, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 288-P/2019-----

--- 6. Apreciar e votar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019, aos anos 2020 e 2021, da Câmara Municipal, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 320-P/2019-----

--- 7. Apreciar e votar a alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2019, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 296-P/2019-----

--- 8. Apreciar e votar o Projeto Educativo Local de Sintra, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 306-RP/2019-----

--- 9. Apreciar e votar o projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil. Proposta nº 300-P/2019.-----

--- Presentes, dos **Membros da Mesa**, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto, Presidente da Assembleia, Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês, 1ª Secretária e Cláudia Sofia Monteiro da Silva, 2ª Secretária.-

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; José Miguel Portelinha Vaz; Carlos Alberto Ramos; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Antonieta Rosa Gomes; João Paulo Afonso Aguiar; Maria Helena Correia Pissarro Cardoso; Maria Infância Silva; Ricardo Manuel Azevedo Parente de Campos; Joana Sofia Santos Lopes; Hugo Lopes dos Santos; e Alcino Afonso Alves;-----

.../...

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Ana Isabel Pais Pacheco Valente; António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia; Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas; Rui Miguel Magalhães Castelhana; Marília Rosa Garraz Valente de Sousa Rocha; e Adolfo Miguel Delgado dos Reis.--

---- Pelo Grupo Político Municipal do CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Eunice da Conceição Baeta; Maurício Veríssimo Rodrigues; Inês Alexandra Baeta de Abreu Vivaldo; e António Manuel Branco Nunes.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: António Filipe Gaião Rodrigues; Rogério Duarte Cassona; Inês Cardoso Neves Fernandes; e Mário Filipe Ilhéu Condessa.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: André Aurélio Marona Beja e Marisa Andreia de Almeida Laneiro.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO DA TERRA – **MPT**: Adriano Caetano Filipe.-----

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Valter Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Carlos Miguel Ramos Henriques – Casal de Cambra; Pedro Manuel Silva Filipe – Colares; Bruno Alexandre Nobre Parreira – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; Paulo Barroso Adrego – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; Pedro Alexandre de Oliveira Brás – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Paula Alexandra de Almeida da Cunha Alves – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão – União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; e Manuel Fernando Alves Pereira – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).-----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira; Maria da Piedade de Matos Pato Mendes; Domingos Linhares Quintas; Eduardo Quinta Nova; Ana Isabel Neves Duarte; Marco Paulo Caldeira de Almeida; Maria Paula Gomes Pinto Simões; Carlos Parreiras Fernandes; Andreia Filipa Bernardo; e Pedro Ventura.-----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de 43 deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA**:-----

--- Pedidos de substituição para a presente sessão:-----

--- Do Deputado Municipal António dos Santos Lopes do PS, pelo Deputado Alcino Afonso Alves;-----

--- Do Deputado Municipal Hugo Miguel dos Reis Frederico do PS, pelo Deputado Hugo Lopes dos Santos.-

--- Do Deputado Municipal António dos Santos Lopes do PS, pelo Deputado Alcino Afonso Alves.-----

--- Da Deputada Municipal Maria Helena de Oliveira e Carmo, do BE, pela Deputada Marisa Andreia de Almeida Laneiro, dado que o Deputado Amílcar José de Oliveira Moraes, que a antecede na lista, pediu igualmente a sua substituição.-----

--- Do Deputado Municipal Jacinto Higino Domingos, da CDU, pelo Deputado Mário Filipe Ilhéu Condessa.-

--- Do Presidente da União das Freguesias de Cacem e S. Marcos, José Estrela Duarte, pelo Sr. Paulo Barroso Adrego.-----

--- Do Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cambra, Mário Pedro Lopes dos Santos, pelo Sr.

Carlos Miguel Ramos Henriques.-----

--- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

--- O munícipe **Nuno Fernando Pinto** referiu: Senhor Presidente, venho aqui diante desta Assembleia pedir esclarecimentos sobre o projeto que a Câmara Municipal quis implementar no Largo D. Fernando II. Acompanho este caso desde 2016, não fosse aquele local o meu antigo recreio. Depois de tanta contestação, a menos de um mês do início previsto para o começo das obras, em setembro do ano passado, dirigi-me à Junta de Freguesia para saber, afinal, que projeto iria ser implementado naquele espaço, uma vez que ninguém sabia, com toda a certeza, como tudo iria ser feito na transformação daquele local histórico. Depois de ter tido duas reuniões com o senhor Fernando Pereira, Presidente de Junta, e de ter intervindo em três sessões de Assembleia de Freguesia, ainda não me sinto esclarecido, nem tive acesso ao projeto final. As obras foram suspensas por tempo indeterminado. Esse projeto foi abandonado, ou ainda existe a possibilidade de ele ser implementado? É que aquele lugar não é um parque de estacionamento, ainda que usado como tal. -----

--- Não estou contra ninguém, nem contra quem tenha uma opinião contrária à minha, nem estou à procura de culpados, mas não pode existir falta de transparência num local tão importante e querido pelos sintrenses. Admito que todos nós sejamos culpados pelo uso abusivo daquele espaço, e por permitir que as poucas condições que existiam para a primazia das pessoas, em relação a todos os veículos motorizados, fossem desaparecendo. Os bancos para as pessoas se sentarem à sombra das árvores não foram repostos, como aquele lugar merece. E merece ter mais lugares sentados e estatuária para tornar evidente a todos, especialmente aos automobilistas, que as pessoas estão primeiro, e só depois os carros das pessoas. -----

--- Existe no largo da Feira uma identidade cultural que merece ser preservada. O aumento de veículos motorizados era inevitável, mas o seu aumento exponencial pode ser explicado pelo crescimento desenfreado do turismo, em Sintra, promovido pela sociedade Parques de Sintra – Monte da Lua e pelo Turismo de Lisboa. É por essa razão que, ali, estacionam vários carros e autocaravanas! Como não existem bancos nem estatuária para limitar estes abusos, estacionam em qualquer lugar, sem a mínima noção de que estão a desrespeitar aquele espaço. Mas a responsabilidade da realidade existente naquele local é de quem tem sido eleito, ao longo dos anos, pelos sintrenses. Foram as suas decisões, ou falta delas, que levaram ao degredo atual daquele lugar. -----

--- Onde podiam transformar e aplicar um plano de requalificação é em Ranholas, uma aldeia desertificada e negligenciada por todos, mas onde todos passam naquela estrada que vai até à rotunda do Ramalhão, que é um perigo atravessar, e onde já aconteceram tantos acidentes e atropelamentos. Só que, ali, não existem turistas, e por isso não existe a devida atenção que todos os eleitores merecem. -----

--- O Parque da Liberdade passou para a tutela da Parques de Sintra - Monte da Lua! No entanto, durante anos, aquele espaço poderia ter sido rentabilizado, porque as condições sempre lá estiveram, mas permaneceram abandonadas. A liberdade de acesso àquele espaço será preservada pela Parques de Sintra - Monte da Lua? Que destino terão os lucros da Parques de Sintra - Monte da Lua? O sucesso desta empresa, a que todos batem palmas menos eu, que nasci em Sintra, não foi conseguido sem o sacrifício da qualidade de vida dos sintrenses e sem o sacrifício dos trabalhadores que, por necessidade, aceitam receber o ordenado mínimo, e aceitam trabalhos precários, o que não é o melhor exemplo para quem se gaba de tanto sucesso. -----

--- Ninguém estava contra a construção de um hotel na Gandarinha! Contudo, todos podemos concordar

que não houve o respeito devido, nem pelo local em si, nem pelos sintrenses. Li um dos artigos do jornal *Público* em que explicavam esta história, uma história que é digna de contar aos netos e aos turistas. Agora, o mal já está feito, e não procuro culpados. Em outra ocasião, pedirei informações específicas sobre este caso, repito, não para procurar culpados ou fazer julgamentos desnecessários, mas para aprender sobre como é possível tamanha falta de bom senso, e para os sintrenses, que são tão ignorados na sua própria terra, poderem ter uma palavra a dizer em sua defesa. -----

--- Para concluir, os sintrenses querem saber por que razão ainda usamos herbicidas, em Sintra? Por que razão não seguimos o exemplo de Mafra? Qual é a posição dos diferentes partidos aqui representados nesta Assembleia Municipal face à aplicação de herbicidas? Existem outras soluções que são viáveis, que respeitam a Saúde e o bem-estar geral, sem quaisquer dúvidas como as que existem com a aplicação destes produtos tóxicos. -----

--- O **Vice-presidente da Câmara, Rui Pereira**, referiu: O senhor Nuno Fernando Pinto expressou, aqui, algumas opiniões, que são legítimas, e que a Câmara partilha da mesma opinião com algumas, e não partilha com outras. Não contestando a sua opinião, vou apenas dar-lhe dois ou três esclarecimentos. Em primeiro lugar, em relação ao projeto para o Largo D. Fernando II. Como é sabido, e é público, a Câmara desenvolveu um projeto de intervenção naquele espaço, a que se seguiu o procedimento concursal para a execução em obra desse projeto. Mas este procedimento concursal sofreu algumas contingências resultantes de algumas dificuldades por parte da pessoa a quem foi adjudicada a obra, e face àquilo que era uma discordância profunda, um debate que não se esclareceria nem seria resolvido com a execução imediata da obra, entenderam, o senhor Presidente e a Câmara, que esse projeto deveria ser suspenso, tendo em consideração que a intervenção nesse espaço deveria ser realizada com base num amplo consenso – o que não é fácil de alcançar face a um conjunto de interesses muito variados que se afetam naquele e àquele espaço. Estes interesses reportam quer à própria população, quer às pessoas que estão imbuídas de uma certa imagem nostálgica de Sintra, quer ainda ao interesse dos comerciantes, em função da própria atividade económica que desenvolvem – é uma zona de forte densidade em restauração. Por conseguinte, estamos em presença de um conjunto de interesses divergentes, a carecer de uma dialética que tem de ser traçada, razão pela qual a Câmara entendeu que esta divergência não seria coerente nem lógica com o avançar para a implementação de um projeto cujo investimento previsto era de 800 mil euros. Assim, a Câmara suspendeu o projeto, estando disponível para avançar quando houver uma possibilidade de entendimento, de algum consenso, uma plataforma mínima de entendimento envolvendo as pessoas locais cujo consenso nos permita avançar para um novo projeto que, eventualmente, venha a ser minimamente consensualizado. Quero só ressaltar que este espaço não se tornou num parque de estacionamento por causa do turismo porque ele já era utilizado pelas pessoas como um parque de estacionamento, e há já muitos anos, ainda antes da existência da Parques de Sintra - Monte da Lua, ou antes da pressão do turismo ter aumentado, sendo as sextas e os sábados à noite que ele está mais cheio. Portanto, trata-se de um espaço que é muito utilizado para esse fim que as pessoas já se habituaram a utilizar, mas, repito, não tem a ver nem é uma consequência do turismo. -----

--- Em relação ao Parque da Liberdade, a informação que tem, peço desculpa, mas está errada. O Parque não foi transferido para a Parques de Sintra - Monte da Lua, entidade esta com quem temos um acordo, à semelhança dos acordos que fizemos relativamente a outros espaços e a outras situações. Relativamente à Parques de Sintra - Monte da Lua, esta desenvolveu um conhecimento e uma experiência de conservação de jardins e de parques, sobretudo porque tem três dos parques mais relevantes do país, nomeadamente a

Pena, Queluz e Monserrate, o que lhe confere uma experiência e um conhecimento que nós achamos como muito útil para, agora, reestruturarmos e recuperarmos o Parque da Liberdade, dando-lhe uma nova dignidade, substituindo alguns equipamentos que, entretanto, se tornaram obsoletos, como é o caso do pavilhão do Japão. Deste modo, a Parques de Sintra - Monte da Lua, com a experiência que granjeou ao longo destes anos de conservação, manutenção e recuperação de parques com espécies únicas e de características a exigirem uma grande qualidade de trabalho. É tudo isto que a Câmara pretende aproveitar, e é esse trabalho de cooperação que visa o protocolo estabelecido com a Parques de Sintra - Monte da Lua.

--- Em relação aos glifosatos, devo dizer-lhe que, em tempo útil, a Câmara tomou a decisão de abandonar de os abandonar, estando neste momento a reduzi-los drasticamente, sendo completamente abolidos a partir do próximo mês de julho. No entanto, convém que todos assumamos responsabilidades nesta matéria, nomeadamente com a consciência de que não devemos andar a publicar fotografias de ervinhas no chão e, em simultâneo, dizermos que não queremos o uso de glifosatos. O problema é que não existe ainda nenhuma solução tão eficiente como os glifosatos, apesar de já terem sido testados outras como, por exemplo, a morda térmica ou o sal, entre outras. Eu entendo que quem defende o ambiente e quem defende o espaço público também deve começar a perceber que as ervas não são por si um inimigo, devendo todos começarmos a aprender a conviver com as ervas. Aliás, hoje em dia, alguns dos parques urbanos mais famosos do mundo só têm ervas daninhas, constituindo o seu coberto vegetal por inteiro, podendo dar-lhe o exemplo do High Line Park, em Nova Iorque, mas também pode ir aqui bem perto, a Cascais, ao Parque Intergeracional. Portanto, nós temos que ter esta perspetiva, ou seja, não podemos entrar em grandes aflições sempre que vemos um conjunto de ervas porque, necessariamente, não teremos a mesma eficácia sem os glifosatos. De qualquer das maneiras, na questão que colocou, o que há a reter é que a Câmara estipulou um plano de erradicação dos glifosatos, que está a ser cumprido, e estará absolutamente erradicado a partir de julho, no que concerne à eliminação das ervas daninhas, no nosso espaço público. --

--- O munícipe **Paulo Lalanda** referiu: Estou aqui na qualidade de coadministrador do prédio nº3, sito na Praceta Major-Aviador Humberto da Cruz, em Queluz. Esta Praceta, que fica na Avenida Miguel Bombarda, é uma das maiores praças desta zona urbana de Queluz, e está confrontada com um problema grave, razão que me traz aqui. Trata-se de uma situação de desespero tendo em conta que nós vivemos sitiados, há cerca de uns 10 anos a esta parte, situação esta que, em muito, se degradou nos últimos 4 anos devido ao facto de, num raio de 50 metros desta praça, temos 9 cafés-restaurantes, sendo que 4 deles ficam na praça e dois ficam no meu prédio. Para além deste ambiente, temos mais 6 lojas que, muito facilmente, também podem ser transformadas em café. Com a Lei atual, todos eles podem estar abertos até às 24 horas. Destes 9 restaurantes referidos, 4 são africanos e, pura coincidência, ou não, são os que causam mais incómodo. Toda esta zona, que antes era uma zona calma, tem altos incómodos neste momento, com a consequente degradação da qualidade de vida dos moradores, ruído permanente entre as 12 e as 24 horas, piorando ao fim-de-semana, onde temos ruído até à uma da manhã, mais até, no verão, com pessoas, com música, com descalços, altercações e transtornos da ordem pública. Já tivemos episódios de agressões com arma branca e de fogo, ameaças, intimidações e ofensas aos moradores, e eu tenho registos de consumo de álcool e de droga à porta do meu prédio, onde encontro sempre, quando saio ou quando entro, um grupo de 10 a 20 indivíduos, pelo meio dos quais me vejo forçado a ter de passar, eu ou qualquer outro morador do prédio. Temos criminalidade, temos assaltos, temos danos em viaturas, em bens públicos e privados, temos gente a fazer “necessidades” na via pública e dentro dos edifícios, com vômitos e dejetos de todo o tipo na área da praça. Temos lixo, temos copos e garrafas partidas, temos viaturas com os rádios

ligados em altos berros até altas horas da noite, com muitas buzínadelas. Temos a ocupação do estacionamento reservado para os moradores, mas que neste momento “vêm-se e desejam-se” para arranjar um lugar. Durante todos estes anos, nós tentámos obter algum apoio junto da Junta de Freguesia, da PSP e da Policia Municipal. Todas elas tentam fazer alguma coisa, mas vamos estar sempre num ponto em que a Câmara Municipal, talvez na tentativa de dinamizar o comércio nesta zona, facilitou nas licenças e nos horários de funcionamento desses estabelecimentos. Nestes últimos tempos, o que nós conseguimos foram duas restrições de horário que ninguém cumpre, uma para as 21h30 e, outra, para as 22h00. Todas os outros estabelecimentos continuam com horário até às 24 horas, o que nunca acontece porque fecham sempre entre as 0h30 e a 1h00 da manhã, com dezenas de pessoas que, embriagadas, ficam a fazer ruído na praça até “às tantas”. Por conseguinte, esta medida da restrição não tem efeitos práticos. Vivemos em estado de impotência, de desespero e de alguma revolta porque sentimo-nos abandonados nesta situação.

--- Na nossa ideia, esta abordagem não passa pela resolução caso-a-caso, mas sim, ver este problema como um todo, quer na Avenida Miguel Bombarda, na minha Praça, e em toda a zona urbana adjacente. Assim, entendemos que a resolução deste problema passa pelo encerramento imediato dos estabelecimentos que, de forma reiterada, são incumpridores; pela eliminação das esplanadas dos estabelecimentos problemáticos; pelo nivelamento das restrições de horário de funcionamento para as 18h00 em todos estes cafés problemáticos; numa maior seleção das novas licenças e horários de funcionamento - esta é uma zona habitacional, onde as pessoas que aqui moram não usufruem do necessário descanso para, no dia seguinte, irem trabalhar -; mais fiscalização; mais penalização efetiva dos infratores; e mais policiamento, com implementação de videovigilância. -----

--- Basicamente, esta é a situação desesperada em que nos encontramos neste momento. Espero ter sido esclarecedor! Também tenho aqui mais informação sobre este assunto para disponibilizar. -----

--- O **Vice-presidente da Câmara, Rui Pereira**, referiu: Tem toda a razão! Nós, Câmara Municipal de Sintra, temos a consciência do que acontece nesta zona, de gestão bastante difícil. Eventualmente, terá havido intervenções desarticuladas entre as diferentes entidades que têm de encontrar a melhor solução - e esta solução até não é difícil de encontrar, o que é difícil é impor essa solução. Todos os estabelecimentos que tinham licença de utilização até às 24 horas, durante um determinado tempo, beneficiaram daquilo que é o corpo da Lei atual, que diz que com o licenciamento zero os estabelecimentos propõem e, depois, compete à Câmara, na sequência de reclamações ou queixas, regular o horário. Neste momento, não há nenhum estabelecimento naquela artéria que tenha horário de funcionamento até às 24 horas, havendo 2 com limite de horário de funcionamento até às 22 horas, 6 até às 21h30 e 1 até às 20 horas, estando 2 em audiência de interessados, restando 2 estabelecimentos sobre os quais nunca recaiu nenhuma reclamação ou queixa, pelo que não têm qualquer procedimento a recair sobre si. Devo acrescentar que, neste momento, na sequência de uma tomada de decisão, estão já a ser tomadas medidas – que irão muito em breve a Reunião de Câmara -, para encerrar estes estabelecimentos em definitivo. Como sabe, estamos a preparar o desenvolvimento de um projeto de videovigilância em alguns locais do Concelho, projeto este que não é fácil e que já estamos a prepará-lo há algum tempo, cerca de um ano, o qual exige o envolvimento de todas as entidades de segurança, de proteção de dados, entre outras. Enfim, não se trata de uma decisão que se possa implementar sem antes percorrer-se um caminho, quer de cumprimento da Lei, quer de respeito pelos direitos que todos detemos, sejam aqueles que estão relacionados com a nossa privacidade como aquilo que possa ser feito com os dados provenientes das imagens recolhidas a partir da videovigilância pública. -

--- O senhor Presidente vai marcar uma reunião envolvendo a PSP, a Policia Municipal e outras entidades,

para que, de uma vez por todas, haja uma atuação “musculada” e conjunta de todas as entidades. Contudo, tal não quer dizer que resolva o problema em definitivo porque há sempre uma resistência por parte das pessoas que têm esses comportamentos. Com as medidas de policiamento que estão a ser tomadas atualmente, numa lógica de maior vigilância de proximidade, nomeadamente a partir dos contratos locais de segurança, a ideia é podermos ter uma atuação mais vigorosa que nos permita resolver este problema – e estamos a trabalhar nesse sentido em articulação com a PSP e com o Ministério. Este não é o único caso, mas é aquele que tem mais relevo no contexto concelhio – há mais casos, mas estão dispersos e de menor dimensão e complexidade social. Posso dizer-lhe que o encerramento de grande parte dos estabelecimentos a que se referiu vão ser encerrados muito em breve, e já estão a ser tomadas as necessárias medidas; os horários estão a ser revistos; a reunião a que me referi atrás é para garantir que os horários legais são cumpridos, isto para garantir que, após o seu encerramento, os incómodos aos moradores sejam minimizados e passem a ser da responsabilidade, não da Câmara, mas das autoridades – e com este conjunto de medidas vamos poder ter uma atuação conjunta eficaz entre a Câmara Municipal e as forças de Segurança, atuação essa que já está programada, com algumas dessas medidas a já estarem a ser implementadas. Resta-me acrescentar que, conhecendo o senhor Paulo Lalanda pela sua militância empenhada na resolução deste problema, vamos mantê-lo informado e vamos falando consigo, até porque convém que a população moradora neste espaço participe neste processo porque vai haver queixas, resistências e reclamações sobre a atuação que nós iremos adotar. -----

--- O município **Carlos Miguel Fernandes**, referiu: Venho por este meio enaltecer os recentes resultados obtidos pelo nosso Município no recente estudo publicado na VI Edição do Portugal City Branding Ranking - Bloom Consulting, só possíveis graças ao trabalho do executivo municipal, e de todos os que trabalham nesta casa, mas também pelos restantes stakeholders onde se incluem todas as pessoas aqui presentes, e outras mais. Felizmente, o nosso Município tem-se tornado mais atrativo, e cada vez mais empresas de vários setores de atividade nos escolhem, como por exemplo a multinacional *Holigen* que, recentemente, veio a público. Contudo, temos de ter em atenção as empresas já existentes, como por exemplo o Lidl, um dos nossos maiores empregadores, que manifestou a intenção de fechar o seu estabelecimento em Mira Sintra, e temos de respeitar porque se trata de uma decisão comercial, mas também temos de nos preocupar e estarmos atentos às consequências que daí advêm para a população. -----

--- No âmbito da Ata nº. 01/2019, foi pensada a criação de uma Orquestra Municipal face ao êxito obtido com o Concerto de Reis. Já existe alguma novidade sobre esta matéria? Em relação à Ata nº. 02/2019, foram levantadas questões sobre a distribuição das verbas de jogo. Tal como referiu o senhor Presidente, Dr. Basílio Horta, numa das últimas Sessões de Assembleia Municipal, Sintra tem legitimidade para pedir e ter direito a mais verbas porque não aceitamos as desigualdades que existem atualmente face a Cascais. Já existem mais desenvolvimentos relativamente a esta matéria? Recentemente, o Presidente do Estoril Sol disse estar preocupado com a nova concessão porque não sabe se vai ganhar a mesma, e como tal, tem vindo a condicionar o investimento, e isso, depois, reflete-se nos resultados, logo, causa-nos impactos, nomeadamente, porque recebemos menos verbas. -----

--- Saúdo a recente atuação da Câmara Municipal relativamente à preservação da Quinta Nova da Assunção, e isso está em linha de conta com o que foi dito na Ata nº. 04/2019, em que o Património está acima de tudo. Nessa mesma Ata, é referida a importância da Quinta, e que o objetivo é o espaço vir a ter um Centro de Dia e um Lar da Terceira Idade. Portanto, existem desenvolvimentos sobre esta matéria? Será que a Escola do Património, em conjunto com a empresa *Viúva Lamego*, podem recuperar alguns azulejos

estão em falta na Quinta? Sugeria que, até à execução do projeto que vier a ser escolhido, fossem feitas pequenas intervenções por forma a melhorar mais o espaço, nomeadamente com a identificação das espécies existentes no local, ou placas com explicações sobre os painéis de azulejos, e sobre os edifícios - as pessoas vão ao local e não conhecem, não sabem a história existente. -----

--- Em relação ao Desporto, saúdo a disponibilização de mais um local para a prática desportiva, neste caso, o Polidesportivo de Fitaes, e aproveito esta matéria para questionar se está prevista a construção de algum recinto para a prática de modalidades olímpicas como, por exemplo, o futebol ou o voleibol de praia, ainda com a possibilidade de andebol e rugby, entre outras modalidades. A Praia das Mações tem um extenso areal, eventualmente, um local a considerar, por exemplo, à semelhança do que faz a Câmara Municipal da Figueira da Foz com o "Figueira Beach Sports City". Outros Municípios como, por exemplo, Lisboa, Loures, Cascais, Rio Maior ou Sesimbra já têm campos de areia, e como tal, acho que não podemos ficar para trás tendo em conta o nosso potencial e a quantidade de praticantes desportivos. Ainda sobre esta matéria, a Câmara Municipal de Sintra tem apoiado, e muito bem, a prática desportiva ajudando de diversas formas como, por exemplo, na inscrição das Associações, mas existem outras formas de o fazer, e que os Clubes necessitam, como por exemplo, na deslocação para os torneios, dentro e fora de Portugal. A ideia seria constituir um Fundo para que os Clubes com as mais diversas modalidades se pudessem candidatar no sentido de obterem ajuda nessas inscrições e/ou deslocações. Muitos de nós aqui presentes já foram ou ainda são praticantes de alguma modalidade, ou têm filhos, familiares e amigos que o são, e sabem que estas experiências fora do nosso meio ficam para a vida. -----

--- Uma última questão que diz respeito à União de Freguesias de Cacém e São Marcos, e que eu já questionei numa das últimas Sessões de Assembleia Municipal, sobre se existe um projeto de alteração de trânsito para a Freguesia? Eu gostaria de saber se está para breve, ou se existe alguma programação para a sua implementação? -----

--- O **Vice-presidente da Câmara, Rui Pereira**, referiu: Em relação ao Lidl de Mira Sintra, esta empresa diz que esse espaço comercial não paga sequer os vencimentos dos funcionários e, portanto, não tem capacidade para manter esse espaço comercial pelo que, do ponto de vista interno, vai continuar a funcionar, mas vai deixar de estar aberto ao público. Este assunto tem estado a ser acompanhado de muito perto pela Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra e, também, pela Câmara Municipal, havendo disponibilidade para se encontrar uma alternativa por parte da rede de supermercados Lidl. Essas alternativas poderão passar pela criação de um transporte próprio Lidl que permita transportar a população de Mira Sintra ao Lidl da Agualva, que não dista assim muito do Lidl que a empresa pretende fechar ao público, resolvendo deste modo este problema. A Câmara Municipal não tem instrumentos legais para obrigar o Lidl, tendo prejuízo numa das suas lojas, a mantê-la aberta ao público. Por outro lado, o mais comum é nós termos a resistência das pessoas à abertura de novos espaços desta tipologia, não é a resistência ao seu encerramento. O que importa reter é que este assunto está a ser devidamente acompanhado, percebendo que a população mais idosa de Mira Sintra tem de encontrar soluções para aquilo que é o serviço prestado pelo Lidl, havendo já um ganho com a possibilidade de haver esse transporte que referi, e isso está a ser estudado pelo próprio Lidl, que o suportará. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Agualva-Mira Sintra irão certamente continuar a acompanhar esta situação para que a solução seja esta e, eventualmente, possa até vir a ser melhorada. O Lidl não coloca sequer a possibilidade de transferir aquele equipamento para outra marca. --

--- Sobre a Orquestra Sinfónica de Sintra, este é um projeto que está em pleno desenvolvimento, aliás, nós temos dois projetos de orquestras em desenvolvimento: temos as Orquestras Escolares, em que todos os

Agrupamentos aderentes ao projeto terão a sua, composta pelos seus alunos, de entre os quais, os que estiverem mais avançados e tiverem mais talento integrarão a Orquestra Juvenil de Sintra; e o projeto de uma Orquestra Sinfónica do Concelho procurará dar continuidade às Orquestras Escolares de Sintra e à Orquestra Juvenil de Sintra, sendo um projeto que irá ver a luz do dia muito em breve. Este projeto, que já está planeado e já se conhece toda a infraestrutura que vai ser necessário criar, é feito em parceria com alguns agrupamentos culturais do Concelho. Portanto, não se trata de um projeto da Câmara, mas antes, um projeto que iremos apoiar. -----

--- Em relação às verbas de jogo, a situação é conhecida. Há uma grande desigualdade na sua distribuição porque as regras atuais têm a ver com o número de camas, e esse número é-nos desfavorável. Contudo, mesmo sendo prejudicial para Sintra, nunca foi atualizado desde que começou a ser aplicado, pelo que Sintra, Mafra e Oeiras – que, com Cascais, integram a área de jogo do Casino Estoril -, têm sido prejudicadas. Contamos com o apoio de Mafra e de Oeiras nesta reformação, e estamos a trabalhar com a Secretaria de Estado para encontrarmos um acordo entre as Câmaras visando uma redistribuição mais justa daquilo que são as verbas do jogo. A situação em tempos de crise não foi tão grave porque o Casino não tinha os lucros que tem em época de não crise. Com os lucros a crescer esta questão tem mais acuidade e tem de ser mais trabalhada, limitando-nos a reivindicar aquilo que achamos justo para nós, até porque temos um número de visitantes muito superior ao de Cascais, e consideramos que o impacto dos visitantes é um impacto muito pesado, por conseguinte, muito relevante para a distribuição destas verbas, e não apenas o critério das dormidas. -----

--- Em relação ao Desporto, nós estamos a trabalhar em todas as modalidades. Em relação aos desportos de praia, habitualmente, nós temos prática de desporto durante o verão, mas há certos períodos em que as nossas praias perdem areia pelo que as atividades desportivas que referiu não são muito exequíveis ao longo de todo o ano nas praias de Sintra. No que concerne aos equipamentos, durante muitos períodos do ano, o areal das nossas praias não se revela suficiente porque o mar chega até às muralhas de proteção, não havendo capacidade para os ter a tempo inteiro. Contudo, estamos neste momento a trabalhar em outros espaços no sentido de tornarmos isso uma realidade. A propósito destes pavilhões que estamos agora a inaugurar, o grande objetivo subjacente é o da diversificação das modalidades desportivas, ou seja, o Concelho tem modalidades com muito peso, mas também tem modalidades com muito pouca expressão. Portanto, a grande vocação dos novos pavilhões, não apenas estes dois como outros que se lhes seguirão, é para viabilizar e qualificar a prática de todas as modalidades, em particular todas as de campo e de pavilhão no nosso Concelho, desde o boccia ao voleibol, ou ao andebol - temos equipas no Concelho que praticam estas modalidades, mas se as compararmos com o futsal, com o futebol ou com outras modalidades, encontramos um número residual. Sobre o apoio a deslocações de comitivas desportivas do nosso Concelho, este é muito difícil de concretizar face a um número de atletas em movimento a rondar os onze mil que, entra e que sai do Concelho. Por conseguinte, é impossível à Câmara financiar essa situação, para a qual, em muito, contamos com a ajuda dos pais e com a dinâmica própria das entidades desportivas diretamente envolvidas nesses fluxos. O que nós estamos a fazer é apoiar na compra de transporte dos atletas, e dispomos de um conjunto de instrumentos para facilitar isso. Em relação à representação internacional, esta não é da responsabilidade dos Municípios porque está acometida ao Estado português e às respetivas federações. Quando existem dificuldades, nós temos procurado apoiar, nomeadamente, no caso de algumas competições oficiais em que as verbas disponibilizadas pelas federações e pelo Estado português se têm revelado insuficientes, mas não é possível fazer dessas exceções um programa de apoio generalizado, universal à escala do Desporto do Concelho porque não dispomos de recursos suficientes

para isso. -----

--- Em relação ao trânsito em São Marcos, nós estamos a trabalhar nisso, e em breve iremos implementar. Agora, é muito mais fácil e mais rápido fazermos os projetos do que, depois, realizarmos as transformações no terreno. Essas levam mais tempo, e nós temos muitas, estando a trabalhar de uma forma muito acelerada com muitas intervenções a acontecer ao mesmo tempo em muitas Freguesias, aproveitando certas situações como, por exemplo, quando há a recuperação e o asfaltamento das vias, ou o arranjo de passeios, para fazermos as duas coisas. -----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**.-----

--- Foi apresentada uma Moção, subscrita pelo Grupo Político do PS, titulada: “45º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974; 45º Aniversário das Celebrações do 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador – em Liberdade” (**doc. nº 1**).-----

--- Foi apresentada uma Moção, subscrita pelo Grupo Político do PSD, titulada: “Moção 25 de Abril e 1º de Maio” (**doc. nº 2**).-----

--- Foi apresentada uma Moção, subscrita pelo Grupo Político do PSD, titulada: “Parques de Sintra – Monte da Lua ao serviço de Sintra” (**doc. nº 3**).-----

--- Foi apresentado um Voto de Pesar, subscrito pelo Grupo Político do PSD, pelo falecimento de Vitorino Pesquita (**doc. nº 4**).-----

--- A **Líder do CDS/PP, Deputada Eunice da Conceição Baeta**, referiu: Vou falar acerca do *25 de Abril*! Volvidas mais de 4 décadas do 25 de Abril, sentimos que a Liberdade alcançada e a Democracia confirmada com o *25 de Novembro* já deveriam ter atingido a maturidade e a sabedoria própria da experiência política exercida. A liberdade pela qual ansiávamos traria a Portugal um mundo novo! Seria um ponto de partida onde todos poderiam participar; onde os desencontros de ideias trariam evoluções, crescimento e riqueza. Acabariam as discriminações e as censuras porque, a partir dali, passaríamos a poder votar, manifestar, reivindicar e a viajar sem que, para isso, fosse necessário pedir permissão fosse a quem fosse. Essa data histórica traria o que nos permite, hoje, estar aqui a fazer: o Poder Local, que nos permite estar mais próximos das populações. Mas necessitamos de mais ferramentas para que essa conquista seja plena! O *25 de Abril* que comemoramos é o *Dia da Liberdade*, é o dia que permitiu à minha mãe votar, é o dia que permitiu ao meu pai cumprir a sua parte enquanto militar, e ao meu avô votar naquele que era o partido da foice, ferramenta que ele tão bem conhecia. O *25 de Abril* permite, ainda, movimentos extremistas, tanto à direita quanto à esquerda, com as formas mais estranhas para se manifestarem, ou seja, rompemos com o silêncio tenebroso para um ruído exagerado que, muitas das vezes, belisca a liberdade do indivíduo. Como disse Manuel Monteiro, no seu discurso na Assembleia da República, em 1986: “ Evocar o 25 de Abril de 1974, hoje e aqui, é antes de mais um exercício de vontade, de fé, de esperança, no sentido que sempre demos, e damos, no espírito que lhe reconhecemos e saudamos”. -----

--- Termina com uma mensagem. Que o sonho nunca se acabe e que a força nunca seja derrubada para que a Liberdade alcançada nos mereça. -----

--- A **Deputada Marisa Andreia de Almeida Laneiro**, do **BE**, referiu: O motivo desta minha intervenção tem a ver com uma questão relacionada com a Freguesia de Monte Abraão, sita na cidade de Queluz, referente a um silo automóvel localizado na Rua Abel Salazar, constituído por dois pisos, e com a capacidade para o estacionamento de cerca de 100 viaturas. Este silo automóvel, como é comumente conhecido nesta Freguesia, foi sujeito a uma alteração de licença do espaço, deixando de ser para estacionamento de uma Freguesia densamente povoada e extremamente carenciada de estacionamento para os próprios residentes, sendo convertido num espaço comercial, num supermercado. Há uma grande preocupação da população residente a propósito do que irá acontecer com a reconversão deste espaço, já a partir do próximo dia 1 de maio, sendo que esta decisão trará não só alterações ao nível do estacionamento, que já é escasso nesta zona, mas também com as implicações do próprio funcionamento e de todas as questões logísticas que lhe estão associadas, nomeadamente, a circulação de veículos pesados, cargas e descargas, ou o adensar de frequência populacional naquela zona. Considera a bancada do Bloco de Esquerda que esta é uma situação preocupante, até porque está pouco alinhada com aquilo que tem sido o investimento na melhoria da mobilidade das populações e da sua qualidade de vida, surgindo em contrário àquilo que tem sido defendido por este executivo. Daí, apelamos e recomendamos que seja feita uma revisão desta decisão de alteração de funcionamento daquele equipamento, e que possa ser, eventualmente, retirada esta alteração para a licença da instalação de uma superfície comercial. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Acabei de saber que houve uma decisão sobre o parque! Simplesmente, desconhecia! Bom, o que houve foi um PIP que foi apresentado e, com os dados que na altura existiam, este PIP recolheu uma certa decisão. Mas não está nada, absolutamente nada decidido. Agora, há uma coisa que é verdadeira, é que o parque é privado, e eles podem encerrá-lo, se assim o entenderem, nada podendo nós fazer sobre tal decisão – é bom que isto fique claro. Uma coisa é nós autorizarmos que, ali, se instale uma superfície comercial, isso sim, é da nossa responsabilidade, enquanto o encerramento do parque é da exclusiva responsabilidade dos donos. Ainda em relação à instalação da superfície comercial, aquando da discussão pública e da publicação em jornais e em editais, foi muita pena que ninguém se tivesse pronunciado, caso contrário, em relação ao PIP, nós teríamos, desde logo, tomado uma atitude diferente. Portanto, fala de tanta preocupação das pessoas daquela zona, mas nenhuma pegou numa caneta e nos disse para não fazer isso, para dizer que não, e não permitir que houvesse alteração. Nem uma pessoa! De qualquer forma, nós estamos a par do que é que está em “cima da mesa”, e sabemos o que iremos fazer na altura própria, na certeza, porém, em como não há qualquer decisão tomada. Só para lembrar, estávamos em plena crise na altura em que o PIP foi apresentado, e daqueles 150 ou 200 lugares, apenas 80 estavam ocupados, permanecendo os restantes lugares vazios. A ideia que se tinha, aquela que me foi transmitida na altura, era a de que o parque não estava praticamente a ser usado, estando, no fundo, desativado – esta a imagem que me foi dada -, e como não houve qualquer protesto, nós entendemos com toda a normalidade que era melhor ter ali uma superfície comercial do que um espaço abandonado. Todavia, trata-se de um processo estranho porque, segundo o respetivo alvará, naquele sítio deveríamos ter uma piscina, e a alteração produzida para parque de estacionamento nunca foi introduzida em alvará, o que é espantoso. Agora, para passar a superfície comercial, era necessário produzirem-se duas alterações, uma para parque de estacionamento e oficina, e outra para instalação de uma unidade comercial, o que não sairá nada barato a quem porventura queira fazer essa proposta. Portanto, a nossa obrigação é estarmos atentos e arranjar soluções de estacionamento, caso eles decidam mesmo encerrar aquele parque de estacionamento. Essa é a nossa

preocupação, a de arranjarmos alternativas de estacionamento naquela zona. Mas, repito, não há qualquer decisão tomada, e quando houver, logo verá qual é. -----

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Gostaria de começar a minha intervenção com umas questões dirigidas ao senhor Vereador Domingos Quintas, e só depois passaria às Moções! -----

--- A questão da regulação do semáforo na Avenida da Aviação Portuguesa, situado junto à Igreja de Vila Verde, em São João das Lampas e Terrugem - ao que parece, está desregulado, o que provoca filas imensas de trânsito; outra questão prende-se com a marcação das estradas entre Pero Pinheiro e Maceira, e entre Maceira e Montelavar, que estão muito indefinidas; a reparação urgente das ruas circundantes ao Parque Infantil, na Rua dos Campos, em Arneiro dos Marinheiros, que estão muito degradadas, à imagem da Rua Vale de São Martinho, aqui, em Sintra, que também tem o piso muito degradado, a pedir uma intervenção urgente. -----

--- Relativamente às nossas Moções, quer sobre o *25 de Abril*, quer sobre o *1 de Maio*: “ Há 45 anos, no dia 25 do mês de *abril*, um grupo de militares trouxe-nos a Liberdade. Liberdade de escolhermos o nosso destino enquanto povo. Nessa Primavera, há 45 anos, Portugal tomou um novo rumo livre de um regime autoritário e anacrónico que sobrevivia em contraciclo com as práticas democráticas vigentes na Europa Ocidental, desde meados dos anos 20 do século passado. O rumo da Democracia nasceu no dia *25 de Abril*, mas cumpriu-se desde o dia *25 de Novembro* de 1975, data em que o povo português escolheu a Democracia do tipo Ocidental, o Progresso e a Modernidade. Desde essa data em que o povo português escolheu os valores de *Abril* que temos todos, sem excepção, a consciência de que esses mesmos valores devem ser honrados, do mesmo modo que devem ser honrados aqueles que nos proporcionaram este caminho. O nosso caminho enquanto povo, no pós-25 de Abril de 1974, foi sempre enformado e enquadrado nesses princípios e nos valores humanistas, de solidariedade e de responsabilidade. À medida que o caminho foi avançando, mais se tem concretizado a nossa Liberdade e a nossa Democracia. Momento importante desta consolidação foi a consagração constitucional do poder local democrático, em 1976, momento que permitiu estarmos aqui, hoje, nesta Assembleia, a comemorar o 25 de Abril de 1974. Momento que permitiu que, dentro da nossa diversidade ideológica e programática, possamos defender as nossas gentes. Mais tarde, dez anos depois, com a adesão da então CEE, Portugal afirmou-se na Europa e no Mundo como um País aberto, recuperando a sua vocação ancestral de dar Mundos ao Mundo. Portugal reafirmou-se na Europa sem perder a sua ligação aos novos países lusófonos, irmanados na CPLP. E Portugal deu essas lições ao Mundo. Mostrou que, apesar das dificuldades, é possível criar laços entre os povos, é possível fazer com que a sociedade seja mais coesa e solidária. Este desígnio nacional só tem sido possível porque os portugueses, em perfeita liberdade, sempre souberam fazer as suas escolhas, dentro da moderação e do bom-senso. Mas não deixamos de ter consciência que vivemos atualmente tempos difíceis, tempos em que as escolhas são cada vez mais determinantes. Assistimos a derivas populistas em países com regimes democráticos sólidos, derivas perigosas em que tentam vender sonhos a preço de “pataco”. Derivas tornadas possíveis porque o tempo e o devir geracional dissipam memórias sobre os efeitos trágicos dos regimes totalitários. Mas temos noção que em determinadas situações, na sede do Poder Democrático, se tomam decisões em que facilmente os cidadãos não se sentem devidamente representados pelos seus representantes. Não podemos permitir que, no seio de uma Democracia Representativa, se corte o cordão umbilical que liga os cidadãos aos seus representantes. Em vésperas de eleições para o Parlamento Europeu, assistimos a como essas derivas populistas podem pôr em causa um projeto que trouxe

prosperidade, e o maior período de paz de sempre a um Continente “cansado” de guerras fratricidas. Vivemos ainda um tempo em que, noutros continentes, se continua a assistir a escaladas de guerra que geram morte, fome, miséria e fuga. E não podemos ficar indiferentes a este cenário! Tal como uma frágil flor que necessita de ser regada todos os dias, também a Democracia tem de ser fortalecida diariamente com coragem, com trabalho e com a abnegação de servir por inteiro a causa pública. As instituições democráticas têm que ser sólidas acima de quaisquer suspeitas de corrupção ou de nepotismo. Passados os primeiros 45 anos sobre o *25 de Abril de 1974*, o PSD continua a afirmar os seus valores programáticos de índole económico, social e cultural. Reafirmamos que a Política é um instrumento essencial ao serviço do bem geral da sociedade, da felicidade das pessoas, do respeito pelos Direitos do Homem, bem como da promoção da dignidade humana. A conquista da Liberdade proporcionou, igualmente, a celebração em festa do Dia do Trabalhador, comemorando, pela primeira vez em décadas, nesse dia *1 de Maio de 1974*. O *25 de Abril de 1974* trouxe-nos também o sindicalismo democrático como instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores. E entendemos também que, do mesmo modo que a Democracia deve respeitar escrupulosamente a liberdade sindical, deve igualmente honrar os compromissos com outras organizações essenciais à Democracia. É na Concertação Social que a Democracia se cumpre e o desenvolvimento económico do País se realiza, na melhor tradição do tripartismo que constituiu o vetor essencial da Organização Internacional do Trabalho. Sem esquecer o trabalho das Ordens Profissionais que, na sua função de autorregulação das profissões, constituem um instrumento essencial à boa regulação do mercado de trabalho. O saudável relacionamento do Estado com todas as organizações que atuam na sociedade portuguesa é mandatário para a qualidade da Democracia. O PSD saúda, pois, todos os trabalhadores portugueses que no próximo dia *1 de Maio* celebram a sua festa. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Sintra, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de abril de 2019, delibera: a) saudar todos aqueles que tornaram possível cumprir o sonho de viver em Liberdade; b) afirmar os valores de *Abril* e a escolha pela Democracia, pela Liberdade, pela Solidariedade, pela Responsabilidade, pondo no centro as Pessoas, pois é por elas que todo o esforço vale a pena.” -----

---- Antes de passar à segunda Moção, quero dizer que iremos votar favoravelmente a Moção do Partido Socialista. Trazemos uma outra Moção que tem a ver com a “Parques de Sintra – Monte da Lua ao serviço de Sintra: Nos últimos dias fomos surpreendidos com notícias de que a Assembleia Geral da empresa de capitais públicos Parques de Sintra – Monte da Lua, reunida em 17 de abril de 2019, deliberou, por maioria, proceder à distribuição de dividendos pelos acionistas. Esta deliberação priva a PSML de um valor de 6,8 milhões de euros que podiam ser afetados à conservação e preservação do património de Sintra. A empresa, que cumpre um papel verdadeiramente primordial na conservação da natureza e na preservação do património, e que tem atingido graus de excelência consubstanciados nos prémios internacionais que tem ganho, não recebe qualquer verba do Orçamento do Estado, apesar do inegável serviço público que presta não apenas a Sintra, mas a todo o País. A sua atividade é totalmente suportada pelas receitas que gera, seja de bilhética, seja de eventos (...). Nós, aqui, solidarizamos-nos com a posição tomada pelo senhor Presidente da Câmara de Sintra, até porque isto pode pôr em causa a questão do investimento no eixo verde/azul, e por outro lado, desde a sua criação, nunca houve distribuição de dividendos, nem mesmo durante o tempo da “troica”. Parece que estamos, agora, isso sim, a ir para além da “troica”. -----

--- O **Deputado Mário Filipe Ilhéu Condessa**, da **CDU**, referiu: Depois de anos de luta, o mês de abril marca o início do alargamento do Passe Social Intermodal a todos os operadores e a todas as carreiras, em toda a Área Metropolitana de Lisboa, com uma importante redução do preço. Este alargamento pode ser

visto como um importante marco nos transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa, com o abandono da sua progressiva mercantilização e uma aposta renovada num serviço público de qualidade. Estamos sem dúvida perante o maior avanço dos transportes públicos, desde 1976, com uma redução de custos para os utentes, acompanhada de um significativo aumento da mobilidade garantida. Um avanço que, como se impõe, deverá potenciar uma opção massiva pelo transporte público para que aquilo que ainda precisa de ser completado, como o aumento da oferta, da qualidade e da fiabilidade dos transportes públicos, com o reforço do investimento público nos transportes públicos. -----

--- A bancada da CDU quer saudar todos aqueles que participaram no conjunto das decisões que tornaram possível este avanço, nomeadamente, os Presidentes e os Vereadores das 18 Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, os eleitos das Assembleias Municipais, o secretário executivo da Área Metropolitana de Lisboa e todos aqueles que, no Governo e na Assembleia da República, aprovaram e fizeram aplicar o programa de apoio à redução do tarifário nos transportes públicos. Englobar também nesta saudação todos aqueles que nunca desistiram de lutar pelo alargamento do Passe Social Intermodal. -----

--- Este ano comemora-se o centésimo trigésimo terceiro aniversário do 1º de Maio. Em Chicago, em 1886, duas centenas de operários recusaram-se a trabalhar e exigiram o estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho, tendo sido impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais. Os reflexos internacionais desta importante luta determinaram a declaração do dia *1º de Maio* como o Dia Internacional do Trabalhador. Desde então, o movimento operário sindical e a luta dos trabalhadores têm assumido um papel determinante nas conquistas e defesas das condições laborais. Celebrar o *1º de Maio* este ano será não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas também a de todos os trabalhadores que, com a sua determinação e luta, têm contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida. Celebrar o *1º de Maio* será continuar a lutar por um Trabalho com Direitos, por salários justos e por pensões dignas, contra o desemprego e a precariedade, pelo emprego com qualidade e pela valorização do trabalho. -----

--- Queria aproveitar para saudar os trabalhadores da Prysmian Celcat, no Sabugo, que estão em luta desde o dia 22, pela revisão do seu acordo de empresa. Saudar, também, os trabalhadores da empresa Parques de Sintra – Monte da Lua que estarão em luta no *1º de Maio*, reivindicando um acordo de empresa onde esteja previsto e regulado um horário de trabalho digno, a valorização das suas carreiras, e pelo emprego estável, sem precariedade. A todos, a solidariedade do PCP nas suas lutas. -----

--- O **Deputado João Paulo Afonso Aguiar**, do **PS**, referiu: Moção do 45º aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974; 45º aniversário das celebrações do 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador - em Liberdade: “Entre o dia 25 de Abril e o dia 1 de Maio de 1974, podemos afirmar que decorreu uma semana que abalou o mundo: Portugal rompia com 28 anos de opressão, realizava uma revolução democrática e o povo saía à rua, onde o debate político e os festejos rompiam sobre a nova luz da liberdade. -----

--- Nessa semana, o nosso país mostrou ao mundo que era possível uma revolução sem violência, sem massacres, sem vinganças, sem transitar para outro tipo de regime opressivo. -----

--- As celebrações do 25 de Abril e do 1º de Maio são, por esses motivos, património de toda a Humanidade e não apenas um marco no calendário nacional. São património da Humanidade que acredita e celebra a Liberdade, a Democracia e, fundamentalmente, a Tolerância. Valores que importa preservar e continuar a cultivar aquém e além-mar. -----

--- Nestas datas devemos sempre aprofundar e partilhar a memória por aqueles que lutaram e construíram a nova madrugada, mas também por aqueles que lutaram e cujo tempo lhes foi retirado antes da chegada da Liberdade. Devemos sempre saudar os nossos Capitães, as nossas Forças Armadas, as pessoas que

durante 48 anos lutaram pela Democracia e, em especial, expressar o nosso reconhecimento e homenagem aos nossos presos políticos, aos exilados políticos e aos que foram assassinados pelas suas ideias políticas.

--- Hoje, decorridos 45 anos, não podemos ficar apenas pelos festejos. Os desafios não terminaram, pois se o fascismo do século XX foi vencido, novos ideais de autoridade, de revisionismo histórico e de intolerância surgem quotidianamente sobre uma capa tecnocrática de modernidade. Vivemos momentos contraditórios, com uma Humanidade tecnologicamente unida, mas ideologicamente dividida, com os discursos de ódio contra o outro a fazerem um caminho diário, esse outro que tem uma religião, etnia, língua, país, orientação sexual, ou até mesmo preferência futebolística diferente. -----

--- Mas a intolerância não se pratica apenas nos discursos de ódio de minorias extremistas, mas também nas políticas incoerentes. Vemos, por exemplo, uma certa Europa que encerra as suas fronteiras às pessoas vítimas da guerra e da miséria, e que convive bem com o facto de milhares de pessoas todos os anos perderem as suas vidas no mar mediterrânico, mas que permite a livre circulação de capitais em paraísos fiscais, sem controlo eficaz ou exercício de autoridade pelos estados. Ser intolerante com os fracos e tolerante com os fortes é também um sinal de intolerância. -----

O ano do 45º aniversário da Revolução de Abril é, coincidentemente, um ano vital para as Democracias portuguesa e europeia, com a realização de dois atos eleitorais de extrema importância, o primeiro para o Parlamento Europeu e o segundo para o Parlamento nacional. Estas eleições não podem ser vividas como uma mera formalidade, mas como o momento onde materialmente se vai decidir o futuro do nosso modelo de sociedade: são uma luta entre um modelo de sociedade democrático e tolerante, e um modelo de sociedade autoritário e intolerante. -----

--- Por esse motivo as celebrações dos 45º aniversários da Revolução de Abril e das primeiras celebrações do 1º de Maio em Liberdade, revestem não apenas trajes de festa, mas essencialmente da consciencialização, de debate político e de exercício da democracia. -----

--- O Partido Socialista de Sintra vem, assim, nestas datas: apelar à mobilização para a participação nos atos eleitorais de 2019, nomeadamente, para o Parlamento Europeu e para o Parlamento nacional; saudar as Forças Armadas Nacionais e o Povo Português pela Revolução de Abril de 1974; saudar todos os trabalhadores pelo Dia Internacional do Trabalhador, em especial todos os trabalhadores do Município de Sintra.” -----

--- O **Líder do MPT, Deputado Adriano Caetano Filipe**, referiu: Senhor Presidente, na última sessão da Assembleia, “meti-lhe uma cunha” para a execução de dois pedidos, um com mais de 1 ano, e outro com mais de 6 meses! A “cunha” resultou para a colocação de um sinal vertical de prioridade na Rua da Nora, em Colares, o que já agradeci publicamente e aqui reitero o meu obrigado. A outra, a que tem mais de 1 ano, continuarei a falar e a mendigar aqui, perante Vossa Excelência, até que seja executado um risco descontinuo na entrada do parque, na Rua João de Deus, que está a ser um parto mais difícil do que foi a reconstrução do muro junto à ponte redonda. Da minha parte, lembrarei sempre a Vossa Excelência, senhor Presidente, e em todas as futuras sessões de Assembleia irei falar nesta situação até a mesma estar resolvida. Nunca desisti, nem desisto, como o tenho sido em toda a minha vida! -----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Senhor Presidente da Câmara, ouvimos com atenção a resposta que nos deu sobre a questão do estacionamento no Monte Abraão. Folgamos em saber que ainda não há uma decisão tomada sobre esta matéria, mas aquilo que os moradores nos dizem

é que já tiveram ordem para deixar de estacionar no espaço, e que a obra começaria em final de abril, princípio de maio. Por conseguinte, parece haver aqui uma diferença entre a informação que o senhor Presidente nos deu e a informação que circula – não sei se nos saberá clarificar. De facto, esta situação de equipamentos que funcionam em espaços que não correspondem ao respetivo alvará, tal é um cancro neste Concelho. Conhecemos vários exemplos, o senhor Presidente tem-nos descrito várias situações e nós temos deparado com situações deste género, durante todos estes anos de atividade política que aqui levamos. Contudo, há situações que exigem soluções de imaginação, sempre em respeito pelas regras e pelas leis, mas que possam ir ao encontro do interesse público. E o interesse público para aquele espaço não será propriamente uma superfície comercial, até porque o que interessa para a Freguesia, neste momento, é garantir a manutenção de uma “bolsa” de estacionamento que está prestes a acabar, e que faz muita falta. Sabemos também que haverá uma proposta de revisão de todo o Ordenamento do Território que incidirá ali naquelas ruas à volta, que deviam ser bolsas de estacionamento, mas parece-nos que, mesmo assim, a partir da informação que temos, a questão não está resolvida. Portanto, senhor Presidente, precisávamos de fazer aqui uma intervenção muito forte, por parte da Câmara Municipal, para tentar reverter, ou evitar que esta alteração de licenciamento aconteça, que aquele supermercado seja instalado ali, perdendo-se este espaço de estacionamento. A propósito da discussão pública, que ficou vazia, tal demonstra-nos que a discussão pública não pode ser uma questão formal publicada em editais. Compete aos autarcas, a todos nós, e não apenas ao senhor Presidente e ao executivo da Câmara, fomentar a discussão pública em torno destes projetos. Infelizmente, a prática não é essa e, portanto, 99% dos moradores que utilizavam este espaço para estacionamento não se apercebeu que esta discussão pública estava a decorrer, e por isso é que não agarrou no papel e não escreveu. Que este exemplo nos sirva a todos como lição para implementarmos a discussão pública. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu não sei o que é que o dono do estabelecimento diz! Pode dizer o que entender, mas eu sei o que é que nós fazemos. Ele não está autorizado a fazer obra alguma. Em relação à discussão pública, nós temos várias discussões públicas divulgadas não só em editais como em jornais. Agora, e aí eu estou de acordo consigo, todos nós temos de participar, nomeadamente, quando se trata de questões muito sérias e importantes – há outras que o não são tanto -, sob pena de podermos tomar decisões mal-informados. -----

--- O **Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues**, do **CDS/PP**, referiu: O primeiro assunto tem a ver com o outdoor que está colocado, ali, naquela rotunda junto à estação da CP, na Portela de Sintra. Foi lá colocado aquando da realização do Congresso “Sintra Economia 20/30”, em outubro, e até hoje continua lá qual “mamarracho”, tapando a vista de quem entra por uma das principais entradas em Sintra. Sendo Sintra Património Mundial da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural, desde 6 de dezembro de 1995, de certeza absoluta que aquilo não fica ali bem. Para além disso, aquilo está em cantoneira em ferro enferrujado, em H, e sem qualquer acabamento, portanto, nem sequer é um outdoor igual aos outros, e serve de taipal – quem chega ali fica com o taipal para não ver nada do que é que existe em Sintra. Portanto, para mim, revela mau gosto em termos de estética. Por falar em mau gosto, em termos de estética, também ao lado, num parque de estacionamento que, agora, até já tem iluminação, só que tem postes em cimento em vez de serem iguais aos outros que estão na rua, que são de metal, e depois, os cabos elétricos estão no ar a ligarem uns aos outros – portanto, não é subterrâneo. Eu acho que não fica bem. -----

--- Outro assunto que eu queria falar prende-se com o problema da Loja do Cidadão de Agualva – Cacém.

A Loja do Cidadão de Aqualva – Cacém foi inaugurada em 16 de abril de 2016, está com 3 anos, e desde essa data, os trabalhadores lá colocados têm reportado à Câmara Municipal de Sintra o mau cheiro destas instalações, no seu interior, com maior incidência no espaço do IRN, AT e CEF, descrevendo-o como nauseabundo, tóxico e prejudicial à saúde, sendo constante as queixas dos trabalhadores de dores de cabeça e de problemas respiratórios. Também, quando entrámos na Loja, verificámos que existe uma insuficiente ventilação, não apenas de maus cheiros, mas também de ar saturado. Foram vários os comunicados que os trabalhadores fizeram a reportar a situação à Câmara Municipal, e recentemente foi promovido um abaixo-assinado, estando em curso um outro. Sei que inúmeros técnicos têm ido lá para solucionar o problema – engenheiros, arquitetos, construtores, acho que Vereadores também foram -, mas até ao momento o mau cheiro insuportável a esgoto mantém-se. Portanto, estamos seguramente perante um caso de saúde pública. Outro problema que apresenta é o da falta de segurança, embora possa ser assacado à AMA. Esteve lá, apenas, um segurança privado, o que é insuficiente porque se trata de um local de autoridade pública, o que exige a presença da PSP – como os trabalhadores querem. Não estamos a inventar nem a pedir nada do outro mundo e, sendo aquela uma das lojas que tem mais procura, era importante copiar boas práticas como, por exemplo, na Loja do Cidadão das Laranjeiras, porventura, de Odivelas ou em Marvila, em que têm a presença de um agente da PSP, o que garante uma maior acalmia entre as pessoas que a procuram. Outro problema, este sendo transversal a todas as Lojas, e que será necessário ter em consideração quando a Loja for remodelada, prende-se com o modelo de atendimento. Este está assente num modelo de filosofia do tipo stand/feira, o que não dá garantia de proteção dos dados pessoais aos munícipes. -----

--- Só para terminar, a propósito da Moção apresentada pelo Partido Socialista. A bancada do CDS até votaria a favor, e fá-lo-á caso o PS entenda retirar o último parágrafo da primeira página. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Relativamente ao outdoor, eu acho que tem toda a razão, e eu pedia ao Dr. Quintas o favor de providenciar que este outdoor seja retirado – está datado, já está ultrapassado e até já devia ter sido retirado. -----

--- Em relação à Loja do Cidadão do Cacém, a 2ª maior Loja do país em termos de clientes – atende 2 mil pessoas por dia -, o que significa que nós devemos dar toda a atenção à segurança. Posso informar que vai haver um 2º segurança, que já está garantido, e vai haver uma intervenção de fundo em relação aos maus cheiros, que é realmente verdade e que é um problema sério que tem que ser resolvido. Entretanto, quero dizer que vão abrir mais 2 Lojas do Cidadão, uma em Queluz e, outra, na Tapada das Mercês, o que irá, espero, descongestionar a Loja do Cidadão do Cacém. -----

--- O **Presidente da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, Deputado Pedro Alexandre de Oliveira Brás**, referiu: Fez-se, aqui, referência à questão de Monte Abraão, e à problemática do silo automóvel, ali, na zona alta do Monte Abraão! Efetivamente, a questão do estacionamento é uma questão preocupante, e que naquela zona há, de facto, necessidades de estacionamento, mas elas não aconteceram de hoje. Aliás, o alvará que, como o senhor Presidente referiu, além da piscina, parece que também tinha para lá umas vivendas, mas quando passeamos por lá o que mais vemos são piscinas e vivendas. Portanto, toda esta situação, todo este problema é preocupante, e deve-nos merecer toda a nossa atenção – e é isso que temos feito, juntamente com a Câmara Municipal, no sentido de perceber como é que as coisas estão. Como o senhor Presidente disse, ainda não há nenhuma autorização concedida. E também esclarecer, a propósito do que a senhora Deputada aqui falou sobre aquilo que é o investimento na mobilidade,

nomeadamente naquela zona, e se a senhora Deputada conhecer minimamente aquela zona, saberá que existia ali um talude muito grande, mesmo próximo do silo, que estava completamente ao abandono, mas que foi requalificado como Parque Infantil e que permitiu, ainda, a criação de 80 lugares de estacionamento. Igualmente próximo do silo, encontra-se uma zona de comércio que não estava requalificada, e que a intervenção, após isso, permitiu ganhar uma maior fluidez de trânsito, evitando-se assim os habituais constrangimentos e aumentar até a anterior oferta de estacionamento. Um pouco mais abaixo desta zona, junto às bombas de gasolina da Repsol, existia um descampado que, hoje, proporciona mais 30 lugares de estacionamento. E no futuro, além destas 3 medidas que aqui salientei, apenas e só para a zona envolvente ao silo, também será feita uma apresentação pública, no dia 8 de maio, à qual a senhora Deputada será muito bem-vinda caso queira assistir, para apresentar aquilo que é a proposta de reorganização dos sentidos de trânsito naquela zona, com vista a regularizar e a aumentar a oferta do pouco espaço que já existe, não de agora, mas de há muitos anos atrás. Estão previstos mais projetos para a criação de bolsas de estacionamento, com vista a corresponder a essa mesma necessidade de estacionamento. Portanto, quando afirma que não tem havido investimento na mobilidade e na criação de estacionamento na zona, ele tem existido de facto, não sendo o suficiente, mas senhora Deputada, só com o número de pessoas que vivem ali, só naquele loteamento do silo, e de acordo com as nossas contas, estamos a falar de 5 mil pessoas – e não há milagres. Tentamos dar o nosso contributo otimizando o pouco espaço disponível que existe, pois, como sabe, Monte Abraão é altamente densificado do ponto de vista populacional, mas tem sido esse o caminho que temos trilhado com a Câmara. No que respeita ao silo em concreto, estamos preocupados e muito atentos no acompanhamento desta situação que é feita bem de perto. -----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona, da CDU**, referiu: Relativamente à Moção do PSD sobre a Parques de Sintra – Monte da Lua, começo por dizer que a CDU votará favoravelmente a proposta de Moção apresentada. E votaremos favoravelmente porque entendemos que os lucros da empresa, de cerca de 12 milhões de euros, deveriam servir, nomeadamente, para: reduzir o preço dos bilhetes de entrada e de visita aos monumentos, que são efetivamente caros e limitadores do acesso de alguns daqueles que nos visitam; para investir na preservação do vasto património que é gerido pela empresa; e por último, mas não menos importante, deveriam servir para resolver o problema dos trabalhadores desta empresa. Aproveitamos a oportunidade para saudar estes trabalhadores, dando a nota de que estão em greve ao trabalho extraordinário, e de que estarão representados na manifestação do *1º de Maio*, em luta por um acordo de empresa que a administração se recusa a negociar com o sindicato, assim como estão em luta pela regulação de um horário de trabalho, pela valorização das suas carreiras, e contra a precariedade laboral. Estes são os investimentos que a empresa deveria fazer e seria esta a melhor forma para aplicar os lucros que foram obtidos. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só para informar o senhor Deputado Rogério Cassona em relação à regulamentação coletiva de trabalho da Parques de Sintra – Monte da Lua, e falo como representante acionista de 15% do capital da empresa, nada tendo a ver com administração. O que sei é que esta não se recusa de todo em todo a falar com os trabalhadores em sede de negociação coletiva, mas não o pode fazer sem uma autorização prévia. E mais, eu sei que a administração está preocupada com os seus trabalhadores porque há 10 anos que estes não têm aumento nenhum, e consequentemente, é da maior justiça que haja uma negociação coletiva de trabalho. Portanto, e posso dizê-lo aqui, a administração está inteiramente de acordo com o que acabei de afirmar, até porque

já falámos sobre este ponto que a todos nos preocupa. E basta haver um dia de greve na Parques de Sintra – Monte da Lua, na Pena, para que, em termos financeiros, imediatamente e quase por inteiro, os custos com os aumentos de salário e com as antiguidades serem quase ultrapassados. Assim sendo, não é inteligente o que se está a passar. E haver um aumento de 2,7 %, em meu entender, nem isso é suficiente, até tendo em conta o facto de se tratar de uma empresa que apresenta por trabalhador uma das maiores taxas de produtividade do país. É altíssima! -----

--- O **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado Guilherme Joaquim Coimbra Ponce Leão**, referiu: Em sessões de Assembleia Municipal anteriores, de há dois anos para cá, que vos tenho dado conta de uma luta para encerrar a loja dos CTT, na Terrugem. E finalmente consegui, graças ao meu executivo e à minha Assembleia, foi decidido encerrar o posto de correios da Terrugem porque nos recusamos a subsidiar uma empresa privada que teve 60 milhões de euros de lucro no ano passado, e que se negou a ter, sequer, uma reunião connosco para podermos, de alguma forma, colmatar o prejuízo anual que a Junta de Freguesia tem. Contudo, mais de 900 Freguesias do nosso país continuam a ter este prejuízo, o que eu acho ser ilegal uma empresa destas estar a receber tanto dinheiro, e as Juntas de Freguesia não receberem sequer metade daquilo que gastam. Claro que, como pessoa que não gosta de fazer as coisas aereamente, tentei por tudo para que houvesse um posto na Terrugem, por forma a que o povo não saia prejudicado. Claro que a minha decisão iria ser a mesma, mas tentei a todo o custo e consegui, graças à pessoa que vai ficar com o posto dos CTT, para que o povo não fique, como disse, prejudicado. Sinto-me satisfeito! Nem a ANAFRE, que anda há 3 anos a tratar deste assunto, conseguiu ainda resolver uma situação que é ilegal. -----

--- O **Presidente da Junta da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, Deputado Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira**, referiu: Gostaria de fazer aqui um agradecimento e deixar um apelo. A antiga Freguesia de Mira Sintra é constituída por uma população com uma faixa etária muito semelhante, atualmente muito envelhecida. Como foi referido há pouco, o supermercado Lidl implantou-se há cerca de 16 anos, em Mira Sintra, e tornou-se numa referência para a população com dificuldades em aceder a outras superfícies comerciais. A abertura deste supermercado levou ao enfraquecimento, ou mesmo desaparecimento, dos poucos estabelecimentos comerciais preexistentes. Com o encerramento que ocorreu hoje, dia 29 de abril, a população de Mira Sintra fica sem a sua principal opção para a aquisição de produtos alimentares. Assim, e considerando o apelo de uma parte muito significativa da população de Mira Sintra, incluindo um abaixo-assinado com centenas de assinaturas, apelo ao seu apoio para que o encerramento do Lidl de Mira Sintra não seja definitivo. -----

--- Excelentíssimo Presidente, a cidade de Agualva-Cacém sempre sofreu de uma dupla periferia, sendo periférica em relação a Sintra, e sendo periférica em relação a Lisboa. É esta dupla periferia que justifica que os 35 mil habitantes da Freguesia de Agualva tivessem de utilizar um Centro de Saúde indigno em qualquer parte do país: Implantado num edifício de habitação, com instalações muito degradadas e distribuídas por 3 pisos sem elevador; um Centro de Saúde onde os cidadãos idosos e com dificuldade de mobilidade, simplesmente, não podiam aceder; um Centro de Saúde onde médicos vinham à rua para atender doentes; um Centro de Saúde onde os médicos não queriam permanecer, procurando outros locais com as mínimas condições de trabalho; um Centro de Saúde onde a constituição de uma Unidade de Saúde Familiar era, apenas, uma miragem. Uma indignidade que perdurou por mais de 30 anos; uma indignidade que passou os 12 anos do anterior mandato PSD/CDS, em Sintra, sem que nada tivesse sido feito. Há 5

anos atrás, nem terreno para a sua implantação existia, mas 5 anos depois, o Centro de Saúde de Aqualva é já uma realidade, e já com as duas Unidades de Saúde Familiar que o irão constituir. Excelentíssimo senhor Presidente, esta é uma realidade apenas possível graças ao seu empenho e à disponibilidade do Município para oferecer o terreno, o projeto, e 30 % da obra. Ainda esta sexta-feira, na Assembleia de Freguesia de Aqualva e Mira Sintra, o vogal do CDS teve a desfaçatez de referir que os cidadãos de Aqualva eram prejudicados por verem 30 % do orçamento da obra vir do Município de Sintra e não do Ministério da Saúde. Foi esta forma de pensar, a que faz cálculos políticos e esquece as pessoas, que permitiu que o Centro de Saúde de Aqualva tivesse demorado mais de 30 anos a construir. Como já tantas vezes referi publicamente, a primeira prioridade que assumimos para Aqualva e Mira Sintra foi a de lutar pela construção do Centro de Saúde de Aqualva fosse uma realidade. Por isso, estando a sua construção concluída, quero endereçar os meus agradecimentos pessoais ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta, e ao senhor Vereador Eduardo Quinta Nova, pelo seu empenho. Um agradecimento pessoal, mas também em nome dos 36 mil habitantes da Freguesia de Aqualva e Mira Sintra, que há mais de 30 anos aguardavam por este dia histórico. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Quero transmitir ao Carlos Casimiro que, se há momentos na minha vida política que até me impressionam, um deles vai ser o dia em que o novo Centro de Saúde de Aqualva começar a trabalhar. Eu estive no anterior centro consigo e com o Quinta Nova, e vi as condições com que trabalhavam. Simplesmente, o pior Centro de Saúde de Portugal, segundo era dito pelo senhor Ministro da Saúde, o pior que ele conhecia no nosso país. Contudo, o novo Centro de Saúde não foi fácil de construir, tendo sido necessário ultrapassar sérios problemas ao longo da sua construção. E mesmo hoje, que já está pronto, questões existem que vamos ter que resolver. Agora, é realmente um grande momento de Serviço Público, como o será no dia em que o Centro de Saúde de Mem Martins for inaugurado com cerca de 60 mil pessoas a serem servidas pela maior Unidade de Saúde Familiar do nosso país. Agradeço-lhe a referência ao Centro de Saúde cuja realidade é um grande momento em termos de política humanista. -----

--- O Presidente da Assembleia submeteu a votação as Moções/Voto de Pesar em apreço:-----

--- Moção, subscrita pelo Grupo Político do PS, titulada: “45º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974; 45º Aniversário das Celebrações do 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador – em Liberdade” (doc. nº 1).-----

---- **VOTAÇÃO: Aprovada por maioria**, com os votos contra do CDS/PP; e os votos a favor dos restantes Grupos Políticos Municipais.-----

--- Moção, subscrita pelo Grupo Político do PSD, titulada: “Moção 25 de Abril e 1º de Maio” (doc. nº 2).-----

---- **VOTAÇÃO: Aprovada por maioria**, com os votos contra da CDU; a abstenção do BE; e os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e MPT.-----

--- Moção, subscrita pelo Grupo Político do PSD, titulada: “Parques de Sintra – Monte da Lua ao serviço de Sintra” (doc. nº 3).-----

---- **VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade**.-----

--- Foi apresentado um Voto de Pesar, subscrito pelo Grupo Político do PSD, pelo falecimento de Vitorino Pesquita (**doc. nº 4**).-----

--- **VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade.**-----

--- Foi cumprido um minuto de silêncio em memória de Vitorino Pesquita.-----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS.**-----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do expediente e informações (**doc. nº 5**).-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto **1.b)** da **Ordem de Trabalhos**: Apreciar e votar:-----

--- **Ata nº 09/18 referente à 5ª sessão extraordinária realizada em 18 de outubro.**-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Ata nº 09/18 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **Ata nº 10/18 referente à 5ª sessão ordinária realizada em 15 de novembro.**-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Ata nº 10/18 foi aprovada por unanimidade.-----

--- Foram submetidos a apreciação os Ponto **2, 3, 4, 5, 6 e 7** da Ordem de Trabalhos.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A senhora Vereadora, Dr.^a Piedade Mendes fará, depois, uma apresentação mais detalhada. Muito rapidamente, em relação às contas da Câmara e dos SMAS, eu queria dizer o seguinte: em relação às contas da Câmara de Sintra, nós continuamos na boa linha, ou seja, basta olhar para as contas que lhe dizem respeito para se perceber que o nosso Município continua numa linha de grande autonomia e independência financeira, de controlo da despesa corrente e de aumento do investimento, linha esta que desde o primeiro momento traçámos para a gestão da Câmara; em relação à Receita, as nossas receitas cresceram 8 % relativamente a 2017, em números redondos, temos 206 milhões de receitas; o nosso resultado líquido do exercício continua muito positivo, com cerca de 22 milhões, mais exactamente, 21, 9 milhões de euros. Temos previsto, até 2021, um investimento na ordem dos 160 milhões (159 milhões), fundamentalmente e em primeiro lugar na Saúde, com 38 milhões (30 milhões para o Hospital e 8 milhões para os Centros de Saúde), 31 milhões na Educação (requalificação das nossas escolas, mas também das que são responsabilidade do Governo), podendo acrescentar que, neste momento, as 98 EB1 vão ser todas requalificadas até ao fim do mandato, e as da responsabilidade do Governo, uma grande parte delas vão sofrer profundas alterações, num investimento superior a 8 milhões de euros. Quero acrescentar que não se trata de um investimento megalómano em escolas novas, mas de investimentos que incidem sobre 3 aspetos essenciais: 1º, ao nível da reabilitação dos telhados; em 2º, das cozinhas; e em 3º lugar, os espaços gimnodesportivos. Também na área da

Educação, desde o primeiro momento que era esta a nossa ideia. Posso adiantar que, em relação às cozinhas, estão já 48 feitas num investimento da ordem dos 4 milhões de euros. O investimento nas EB1 é de 27 milhões de euros, a que devemos acrescentar mais 8 milhões nas demais escolas que referi, o que dá os 35 milhões que temos previsto investir. Na Mobilidade, está previsto 22,9 milhões, que contempla também a previsão do início da circular ponte do Cacém, sendo provável até que esta verba cubra totalmente esse investimento. Entretanto, surge a nova ideia da ligação da EN 9, a variante, para ligar à A16, um investimento mais pequeno, na ordem dos 9 milhões de euros, mas que faz todo o sentido, estando a ser estudado neste momento, eventualmente, a possibilidade de ser um investimento que se fará primeiro do que o da circular ponte do Cacém. Fundamentalmente, são estes os grandes investimentos que se encontram previstos. Ainda em termos de Mobilidade, como há pouco aqui falámos, e o senhor Deputado representante da bancada da CDU até referiu vários agradecimentos, e bem, mas se me permite, a Câmara de Sintra merece um outro agradecimento, este muito especial, porque sem a sua Câmara Municipal não tinha Passe Único. Trata-se de um aumento de Despesa na ordem dos 4,5 milhões de euros por ano que nós aprovámos e fazemos que permite termos o Passe Único. Mas não havia outra hipótese de o fazermos, mesmo que estejam em causa, ao longo dos próximos 30 anos, o que dá um total de mais de 130 milhões com que a Câmara Municipal vai participar no âmbito do Passe Único. Aliás, e de longe, de todas as Câmaras da Área Metropolitana de Lisboa, a Câmara Municipal de Sintra é aquela que mais investiu no Passe Único, ainda que Lisboa tenha investido mais, aproximadamente 11 milhões, mas fê-lo na Carris, que vai ser a Entidade Metropolitana, mas que é uma empresa dela – nós não, nós investimos no interesse dos municípios e da sua mobilidade. Temos cerca de 30 milhões de euros de investimento no Espaço Público, investimento este que contempla, nomeadamente, o Eixo Verde e Azul, com a primeira fase já inaugurada no passado dia 25 de abril; contempla a Ribeira da Laje, também já inaugurada; contempla a 1ª fase da Carregueira (na ordem dos 2,5 milhões de euros); contempla todos os investimentos feitos nas rodovias, nos parques urbanos, e tudo quanto tenha a ver com investimento no espaço público. -----

--- Em termos de Despesa, a execução anda à volta de 80 %, mais precisamente, 78,4 %. Há quem critique, e com alguma razão, haver uma falta de execução do lado da Despesa. Aqui, é preciso termos em atenção dois aspetos: o primeiro, quando há um concurso público, ele vai pelo preço que está orçamentado, e normalmente ele é adjudicado por um preço muito inferior, o que produz uma grande diferença entre o que está orçamentado e o que está executado - e ainda bem para o Município de Sintra, desejando nós que essa taxa de execução ainda fosse menor, fazendo o mesmo trabalho por um preço inferior. Em relação a esses trabalhos, quero dizer-vos que temos uma posição de algum conforto, não total, mas de algum conforto. Nós não temos tido muitos concursos a ficarem desertos, como não temos tido muitos concursos em que as obras não acabam, ao contrário do que tem acontecido em outros Municípios, fundamentalmente em Lisboa, que se apresenta como um problema sério. E porquê? Porque nós temos uma grande vantagem que resulta do facto de pagarmos pontualmente, num prazo de 2 a 7 dias depois de a fatura ter sido certificada – normalmente, pagamos a 2 dias, mas a formula da DGAL leva-nos a 5 dias. Relativamente à política de contenção, nós regemo-nos por 3 princípios, ou seja, controlar a Despesa, aumentar o Investimento, e diminuir os Impostos! Continuamos a controlar a Despesa, quer na Câmara Municipal, quer nos SMAS, em que há uma diminuição da Despesa Corrente, embora tivéssemos tido um aumento na rubrica do Pessoal na ordem dos 3,3 milhões de euros, mas isso é incontrolável. Por um lado, é bom que tenhamos tido isso porque significou que havia limitações legais aos salários, e ainda bem que o Governo as retirou, e por outro, porque houve mobilidade interna, fazendo justiça às pessoas que estavam a desempenhar cargos cuja remuneração não era a correspondente às funções, justiça essa que também

teve impacto na conta do pessoal - em tudo o mais houve um controlo relativamente grande. No que toca aos Impostos, descemos 6 pontos no IML, o que correspondeu a uma redução de 0,39 para 0,33, e uma perda consequente de Receita na ordem dos 9 milhões de euros. Ainda assim, mesmo com esta redução de 9 milhões de euros, as nossas receitas aumentaram 8%, em resultado de um grande dinamismo das empresas que se instalaram no concelho, que compraram terrenos e que investiram, mas também pelo setor imobiliário. O nosso Saldo Orçamental Acumulado é de 140,3 milhões de euros, um saldo que nos dá uma grande tranquilidade. Finalmente, para vos dar uma ideia das “ratios”, a nossa autonomia financeira é de 88%, a solvabilidade é de 737%, a liquidez geral é de 15,6%, e a dívida por habitante é de 39 euros. Isto para vos dizer que esta é a nossa gestão. Estamos a investir fortemente em todos os setores, não havendo nenhuma Freguesia ou setor onde não haja investimento. Diminuímos os impostos em 6 pontos, e a verdade é que continuamos com uma situação financeira que nos permite planificar com tranquilidade, financiar sem recurso à banca, gestão esta que eu entendo como a correta, no sentido daquilo que é o interesse dos munícipes. Como apontamento importante, até hoje, nenhum projeto de relevo apresentado à Câmara, que devesse ser aprovado e executado, deixou de ser executado. Aquilo que nós investimos na Proteção Civil, por exemplo, é paradigmático. O nosso apoio aos Bombeiros apresenta, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, mesmo a nível nacional, e no que diz respeito à percentagem de apoio, Sintra está em numero um, e muito destacada. Também por isso é que recebemos mal a decisão de retirar 7 milhões de euros da Parques de Sintra – Monte da Lua que eram destinados à proteção da serra de Sintra – como é evidente, não poderíamos ter concordado com essa decisão. É este o caminho que vamos continuar a trilhar, continuando a usufruir na plenitude da autonomia que a Constituição nos garante, porque um Concelho que tenha dívidas tem uma autonomia muito reduzida, um Concelho que necessite de apoios bancários para poder fazer o seu trabalho tem uma autonomia que pode ser muito reduzida, ou um Concelho que tenha de tomar decisões administrativas para equilibrar o seu orçamento ou para ter aumento de receitas, seguramente, não obedece ao princípio de Igualdade que, aqui, nos honramos de respeitar. Portanto, o efeito destas nossas contas não é apenas um efeito contabilístico, mas tem também um efeito político bastante profundo. -----

--- Em relação aos SMAS, estes apresentam um lucro líquido de 830 mil euros, um pouco menos do que no ano passado, mas a verdade é que só o aumento de pessoal importou em 1,1 milhões de euros. A par, o aumento da Tarifa Social, com a qual os SMAS gastam 500 mil euros, que também foram assimilados pelos SMAS. Por outro lado, não há aumento da conta da água desde há muitos anos. Portanto, também os SMAS apresentam uma situação bastante sólida. Em termos de Investimento no ciclo 2018/2021, está previsto um investimento de 50 milhões de euros, e nesta altura, estão em curso investimentos abrangendo todo o Concelho na ordem dos 12 milhões de euros (11,9 milhões de euros). -----

--- Finalmente, uma reflexão sobre tudo isto. Em relação aos trabalhadores dos SMAS, a quem é devido um registo muito especial, quando nós internalizámos a recolha do lixo, houve pessoas que disseram que fora um grande erro porque defendiam que iríamos colocar nas “mãos” dos trabalhadores dos SMAS um instrumento que poderia vir a ter um uso político completo, designadamente com greves! Até hoje, sobre os trabalhadores dos SMAS apenas temos a dizer bem, face à sua enorme dedicação. Lembro-me que, em dezembro do ano passado, quando foi preciso recolher o lixo, eram os trabalhadores da Câmara, em conjunto com os SMAS, que acarretaram o lixo à mão para cima de pick up's. Portanto, esta ideia de que os trabalhadores do Serviço Público têm sempre uma inferioridade em relação aos privados, o nosso SMAS demonstra que não é assim. Pode-se dizer que há erros, e que as coisas, por vezes, não correm tão bem como queremos! Com certeza que sim. Não há nenhuma organização em que se possa dizer que sempre

corre tudo bem. Agora, o que o SMAS fez, e que foi uma coisa muito importante, é que quando as coisas correram menos bem, teve a capacidade de corrigir, de melhorar, e hoje está incomparavelmente melhor do que estava há algum tempo atrás - ainda não chegaram todos os carros dos concursos da SUMA e da Eco Ambiente, como ainda não estão os contentores. De realçar, ainda, todo o inestimável trabalho que resultou da colaboração e da cooperação das Freguesias para a remoção dos monos junto dos contentores, o que contribuiu decisivamente para a melhoria da nossa situação. -----

--- A **Vereadora Maria da Piedade de Matos Pato Mendes**, referiu: O senhor Presidente já nos deu, aqui, os grandes números, e fez um resumo alargado, pelo que eu vou completar mostrando-vos e enquadrando-vos a partir da exposição em PowerPoint que preparámos, o que nos permitirá uma melhor assimilação relacional àquela que nos é proporcionada se, apenas, ouvirmos números uns atrás dos outros. -----

--- Em relação à nossa execução orçamental de 2018, o Orçamento foi de 194 milhões, sendo superior a Receita cobrada, que foi de 206 milhões – e o senhor Presidente já disse por que razão a Receita foi superior. A Despesa paga foi de 141 milhões, o que gerou aquele saldo orçamental. E aquele saldo orçamental tem a ver com o facto de, no exercício de 2018, ter havido um saldo orçamental de 61 milhões, mas acresceram 75 milhões vindos de anos anteriores, o que perfaz os 140. -----

--- A Receita Corrente, entre 2017 e 2018, aumentou um bocadinho (cerca de 4 milhões). Esse aumento tem a ver, também, com o facto aqui referido pelo senhor Presidente sobre o aumento de receita de 6 milhões proveniente de impostos, o que incrementa a Receita. Sobre a Receita de Capital, esta subiu um pouco, e o Saldo de Gerência que nós incorporámos foi significativamente maior face ao ano anterior porque tínhamos um Plano de Investimentos ambicioso. Como já tenho referido aqui, e repito, que aquilo que a Câmara recebe em termos de Receita, e aquilo que tem em Despesa Corrente, o que sobra dos dois é à volta de 15 milhões, o que não chega para o Plano de Investimentos que temos. Aí, vamos ao tal Saldo de Gerência, como fizemos no ano passado em que fomos buscar 32,8 milhões (infelizmente, como veremos mais à frente também não conseguimos concretizar os investimentos todos). -----

--- Na evolução da Receita, os Impostos Diretos representam a principal fatia, sendo que os 6 milhões resultantes do IMT nos deixam muito tranquilos, como bem frisou o senhor Presidente, pois é sinal que a economia está a funcionar e a crescer bastante. Para além disso, os outros impostos também cresceram um bocadinho. Tivemos mais Transferências, e todas as rubricas cresceram à exceção dos Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades que se explica pelos juros do IMI que, em 2017, nós tínhamos recebido da Autoridade Tributária, cerca de 4 milhões, que originam agora esta grande diferença. De resto, temos obtido mais ou menos a mesma Receita. -----

--- Como já referi há pouco, o Saldo de Gerência foi maior no ano de 2018, de 10,8 milhões. Na evolução dos Impostos Diretos, o IMI cresceu ainda um bocadinho, mesmo com a diminuição dos 2 pontos, sendo o IMT o imposto que mais receita deu à Câmara, enquanto o IUC também cresceu - o que significa que há mais carros -, e a Derrama, que também subiu, o que quer dizer que há mais lucros nas empresas, que estas estão mais saudáveis. As Transferências obtidas subiram bastante, ressaltando a importância da subida de 1 milhão de euros do lado do IRS em relação ao ano anterior por ser um indicador em como as pessoas estão a receber mais, eventualmente, a partir da atualização dos seus vencimentos, e que há mais emprego. Também isto é um conforto para a Câmara, o facto de percebermos que as pessoas, no Concelho, estão a viver melhor. O Fundo de Equilíbrio Financeiro baixou um bocadinho, mas não é significativo. -----

--- Em relação à Despesa, temos a Despesa Corrente a subir por força do aumento dos custos com o Pessoal, enquanto a Despesa de Capital foi um bocadinho maior face ao ano anterior, o que significa que

os nossos investimentos também cresceram, embora eu queira ressaltar, aqui, uma situação relacionada com aquilo que se investiu, que foram 23,4 milhões; no entanto, na Despesa de Capital estão outras rubricas, como por exemplo as amortizações de empréstimos (3 milhões), que estão lá contemplados, como está o pagamento daquela indemnização que pagámos por aquela parcela da Cacém Polis (1,8 milhões), que também integra esta rubrica e a faz crescer. Na Despesa de Funcionamento, a variação de 3,4 milhões tem a ver essencialmente com os 3,3 milhões afetos ao Pessoal, isto, porque os Encargos com Instalações e outras despesas, sobretudo os Encargos baixaram, como baixaram os encargos com empréstimos em 1 milhão – estamos a amortizar menos até porque terminou um empréstimo que tínhamos e baixamos de 4 para 3 milhões; os Juros Bancários nem cabem na parcela dos milhões, pelo que, pagando quase nada, fica em zero. -----

--- Na Despesa com a GOP, no que concerne à Habitação e Serviços Coletivos, temos a Tratolixo (8,3 milhões), a Limpeza Urbana (2,4 milhões), as ARU's de Mem Martins e de Rio de Mouro (1,7 milhões), os Espaços Públicos (1,4 milhões), e os Pluviais (1,2 milhões); no âmbito da Educação, e relembro que estamos a falar de GOP's , atividades correntes, temos a intervenção no Parque Escolar (3,6 milhões), a Gestão Escolar (6,4 milhões); Transportes e Comunicações, que é uma outra rubrica, temos a Beneficiação dos Eixos Rodoviários (5 milhões). Nas Transferências entre Administrações, temos as Juntas de Freguesia (10,4 milhões), e temos o celebre FAM (0,8 milhões – 2 tranches); na Segurança e Ordem Pública, temos os Bombeiros (2 milhões). Estas são as principais rubricas das GOP, que apresentam a afetação de 42 milhões para as Funções Sociais, 12,5 milhões para as Funções Económicas e 4,2 milhões para as Funções Gerais. -----

--- Há pouco, quando falei em 23,4 milhões realizados do lado do Investimento, especifico agora que estão distribuídos em Investimento Direto, da Câmara (cerca de 19,1 milhões), e Investimento Indireto (4,3 milhões), nas Juntas de Freguesia, Associações, Bombeiros, ou seja, a parte do lado do Investimento em que a Câmara participa junto de outras entidades públicas. -----

--- Nós tínhamos previstos 40 milhões de Investimento para 2018. Quero frisar que gostaríamos muito de apresentar uma taxa de execução maior, mas todos nós sabemos que as obras públicas têm um *timing* próprio, são demoradas! O que vos posso dizer é que o Investimento em Contratação, neste momento, é de 46,4 milhões – esta verba já está contratada, e aqui temos alguns que transitaram do ano anterior porque não foram contratados a tempo. Até ao final de 2021, temos um Investimento Planeado de 64 milhões, o que revela muito investimento em curso, em curso e planeado. -----

--- No domínio da Dívida Total, nós temos vindo a amortizar todos os anos. Em 2017, tínhamos uma dívida de cerca de 11 milhões; em 2018 já não chegava a 8 milhões; este ano amortizámos mais 3 milhões e, em 2020, outros 3 milhões, e já não teremos senão um valor residual de 1 milhão. Isto é muito importante porque também é isso que nos liberta dinheiro para os investimentos. Nós, quando chegámos em final de 2013, tínhamos 69 milhões de dívida. Amortizando a dívida, há dinheiro que se liberta, e tem sido isso que temos vindo a fazer, tanto, que só para o Cacém Polis foram 28 milhões, e mais de 12 milhões para a Caixa Geral de Depósitos. -----

--- Sobre a situação Patrimonial, e o senhor Presidente também falou nela, queria chamar à atenção para o seguinte: o resultado líquido é de 22 milhões, e em 2017 era de 29 milhões. Devemos perguntar: qual a razão para termos menos agora? Temos menos porque houve uma situação muito importante, até porque o nosso Revisor Oficial de Contas fazia questão, todos os anos, em se tentar perceber quais os processos judiciais que, estando em curso, eram passíveis de se poder ganhar e quais os que se poderiam perder – embora saibamos muito bem que os Tribunais nem sempre decidem como nós achamos. Deste exercício

resultava a elencagem de uma série de processos que o Gabinete Jurídico nos deu, e com valores que, possivelmente, podemos ter de pagar. Portanto, este valor que foi retirado, aqui, ao resultado líquido representa um valor que foi metido numa rubrica de custos que se chama Provisões para estes processos judiciais. Assim, retiramos 9 milhões para este efeito, dinheiro esse que, a somar aos 21,9 milhões, até alcançávamos maior resultado líquido face ao ano passado. E no fundo temos, apenas achamos que devemos ter este fundo para não sermos todos apanhados de surpresa, exigência do ROC que, desta vez, surtiu efeito. Nos SMAS também aconteceu, embora a um nível menor. Mas também aconteceu. -----

--- Agora, os indicadores que deixam esta Câmara muito orgulhosa, que são os indicadores financeiros, também indicadores de uma boa gestão, conseguida em muito devido ao nosso mentor, o senhor Presidente da Câmara. -----

--- Em relação aos SMAS, e como terminámos com um grande orgulho a falar dos investimentos da Câmara, continuaria, agora, com os investimentos dos SMAS. No ano de 2018, o Investimento realizado pelos SMAS foi da ordem dos 9 milhões de euros, cujas principais obras estão em curso, ou adjudicadas, e algumas até já terminadas. Os Proveitos dos SMAS resultam da Água, em primeiro lugar, e do Saneamento e Resíduos. Em relação à Água, esta não tem sofrido aumento para os consumidores, embora os SMAS tenham tido aumentos sucessivos nos últimos anos sem que, todavia, eles se tenham repercutido na fatura dos seus clientes; caso tal tivesse ocorrido, em vez dos 30 milhões de proveitos, estariam seguramente mais, e como o Saneamento e os Resíduos estão indexados à Água, os proveitos seriam ainda maiores. Para além de não fazer repercutir o aumento da Água na fatura dos consumidores, o que representa menor faturação, também temos as Tarifas Solidárias, proveitos que deixamos de ter por esta via. Simultaneamente, registou-se uma descida no consumo de água, o que também reduz os proveitos em 450 mil euros. No entanto, os nossos sistemas estão mais eficientes, em função das obras que têm vindo a ser realizadas nas redes de água, porque têm ajudado a que haja menos água perdida – em 2017, a água não faturada era de 23,4, descendo, em 2018, para 20,8. E isto é muito importante porque representa uma poupança de 1 milhão de metros cúbicos, e de 629 mil euros na água. -----

--- A Despesa Corrente, à imagem do que foi referido para a Câmara, a lógica é a mesma. Tem havido diminuição da Despesa Corrente em todas as rubricas, que não as referentes a custos com o Pessoal. Aqui, houve lugar às mesmas atualizações, descongelamentos e mobilidades que aconteceram na Câmara, o que decorre da Lei, como é obvio. Mesmo assim, a Despesa Corrente ainda reduziu de um ano para o outro, o que é de realçar. -----

--- Os Custos Operacionais tiveram um decréscimo de 0,4 em relação ao ano de 2017 porque, à exceção dos custos com o Pessoal, os principais custos decresceram. Reduzimos bastante nos Fornecimentos e Serviços Externos, verificando-se uma redução de 5%. O Resultado Líquido foi de 830 mil euros, o que também é de saudar face ao aumento dos custos com Pessoal, à não atualização do preço da água, e à inclusão de uma Provisão para fazer face a processos judiciais, o que cativou uma fatia ao Resultado Líquido. -----

--- Como todos sabemos, os SMAS têm a Certificação de Qualidade. -----

--- Por fim, quero alargar o meu agradecimento, não só aos trabalhadores dos SMAS, à equipa do Departamento Financeiro, e ao Diretor-delegado, mas também à equipa da Câmara, que eu até costumo elogiar de início, mas como agora tenho sempre este slide, elogio todos da mesma forma - uma grande equipa. E o nosso Revisor Oficial de Contas fez questão de mencionar isso na reunião que tivemos em sede de Comissão de Economia e Finanças, afirmando que confia plenamente nestas equipas, não havendo qualquer ênfase ou reparo à forma como as contas são feitas. E isto deve-se muito a estes dois grandes

Departamentos que temos, e que nos deixam dormir descansados. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Fizeram-se justíssimos agradecimentos aos Serviços, mas também é bom que se registe esta intervenção da senhora Vereadora pela sua clareza, profundidade e detalhe. É, realmente, um excelente trabalho aquele que foi feito pela senhora Vereadora Piedade Mendes, e que aqui apresentou nesta nossa Assembleia Municipal. -
 --- Nestas Contas não estão incluídas as da CulturSintra, o que é uma pena porque, também elas, são muito boas. A CulturSintra teve um lucro na ordem dos 3 milhões de euros, mais precisamente 2,99 milhões de euros), e quem diria quando ainda não há muito a CulturSintra apresentava prejuízo, havendo um lucro muito bom, que significa também que houve grandes investimentos, quer na Regaleira, quer na Ribafria, quer na Casa Museu. Também a EMES deu lucro! Pouco, é verdade, mas o facto de não dar prejuízo já é um milagre porque a EMES explora um conjunto de parques gratuitos, e têm Despesa. Por conseguinte, o nosso universo empresarial e cultural não dá prejuízo, nem aos nossos munícipes, nem aos nossos contribuintes. E isso, eu acho que é uma excelente regra. Mais uma vez, senhora Vereadora Piedade Mendes, muitos parabéns. -----

--- A **Deputada Inês Cardoso Neves Fernandes, da CDU**, referiu: Em Sintra, a CDU assume o compromisso de lutar por soluções que considera justas, que defendem o Município e os munícipes, isto, através de uma postura construtiva, levando ao conhecimento dos Órgãos autárquicos situações que exigem resposta, sugerindo propostas para a sua resolução. E assume esse compromisso opondo-se a medidas e ações que considera negativas para o Concelho e para a sua população, denunciando-as nos seus objetivos, nas suas linhas orientadoras e nos seus instrumentos de concretização. -----

--- O Orçamento da Câmara Municipal de Sintra, para 2019, apresenta um valor de cerca de 206 milhões de euros, ou seja, aumenta em relação ao anterior, o que resulta, nomeadamente, de uma incorporação de Saldo do ano anterior de cerca de 30 milhões de euros - no anterior Orçamento, criticámos o facto de não se ter incorporado o Saldo, situação que agora foi corrigida. As contas que agora são apresentadas demonstram um aumento da Receita, ao nível dos Impostos Diretos, o que se traduz numa boa situação financeira, o que, obviamente, consideramos positivo. -----

--- Uma análise mais minuciosa também qualifica a posição do PS relativamente à assunção de responsabilidades que cabem à Administração Central. Verificamos que, ao contrário do que o senhor Presidente da Câmara tem referido, o Governo central não reconhece esse esforço, e o relacionamento com o Município de Sintra é rigorosamente igual ao que tem com Municípios que não aceitam estas mesmas competências. Ao contrário de todos os outros presentes nesta Assembleia, a CDU teve, e tem razão quando afirma que cabe ao Estado o que é do Estado, e que cabe aos Municípios o que é dos Municípios.-

--- Verificamos, ainda, que existe uma certa degradação da relação institucional entre a Câmara Municipal de Sintra e o Governo, quer pelos atrasos na construção do polo hospitalar, situação que também se verifica em alguns Centros de Saúde, quer na aquisição de viaturas para a GNR e para a PSP - referindo, em relação a isto, declarações do senhor Ministro da tutela a afirmar que, em Sintra, não existia carência de meios -, quer agora, pela aprovação da distribuição de resultados, por parte da Parques de Sintra – Monte da Lua, que já aqui foi falado, e que culminou com a declaração do senhor Presidente da Câmara a solicitar a demissão do senhor Secretário de Estado das Finanças. É altura de todos reconhecerem que nada se tem ganho com esta postura colaborativa com o Governo, porque este apenas reconhece quem, claramente, luta pelos seus direitos. -----

--- Pese embora se estejam a realizar investimentos que consideramos relevantes, incluindo-se propostas que a CDU apresentou oportunamente nos vários Órgãos municipais, sendo disto exemplo as ligações naturais entre espaços urbanos, ou o Eixo Verde e Azul, a boa situação financeira da Câmara Municipal garante, efetivamente, uma margem para acelerar os investimentos necessários, o que não está a acontecer. Neste sentido, consideramos que deviam ser canalizadas mais verbas para: o Programa de Financiamento da Câmara Municipal de Sintra aos municípios que reabilitem as suas habitações localizadas em ARU's; o aumento de verbas para a área da Juventude - sendo que este Orçamento prevê 2,1% do total da Receita para esta área; mais construção de equipamentos desportivos – sendo que o atual Orçamento prevê 0,6%; mais construção de infraestruturas de interesse cultural - o atual Orçamento afeta 1,2% do seu total para esta área. -----

--- Um outro problema grave, e que tende a agravar-se, prende-se com a urgente necessidade de investir no parque habitacional municipal de Sintra. Este é constituído atualmente por 1.620 fogos, em 361 edifícios, distribuídos por 12 bairros e 28 núcleos de realojamento - sendo que apenas está previsto um investimento de cerca de 1 milhão de euros. Em 2017, um grupo de trabalho da ONU para as questões da Habitação concluiu que Sintra está no grupo dos Municípios que mais necessitam de investimento no parque habitacional público. As rubricas para este investimento, no atual Orçamento, são claramente insuficientes. A título de exemplo, questionamos quando será efetuada a reabilitação dos edifícios do Rio do Porto, situados no centro histórico de Sintra? -----

--- Uma palavra final para salientar a necessidade em criar condições para que o Município ganhe dimensão operacional, através de meios próprios e internos, para dar resposta a um vasto conjunto de pequenas obras, recorrendo à administração direta, e não à contratação externa, ou à subcontratação. Assim, importa que o Município trabalhe para a otimização dos Serviços; importa, também, avançar sem demora para processos de contratação de mais trabalhadores municipais, para suprir o grande número de vagas por preencher no mapa de pessoal, sobretudo ao nível dos assistentes operacionais; importa garantir o rejuvenescimento da estrutura municipal de trabalhadores, bem como o sanar das situações de trabalho precário, pois só assim se moderniza a Administração Pública; importa proceder à municipalização de áreas como a varrição e o tratamento de jardins; e importa reforçar o número de assistentes operacionais nas Escolas. -----

--- As contas, na Câmara Municipal de Sintra, estão equilibradas. E isso é positivo! Pese embora a CDU considerar que se poderia, e deveria avançar noutras áreas, também consideramos que, tendo em conta os resultados apresentados, devemos votar favoravelmente. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O que está em causa são as contas, e não a discussão do Orçamento, porque este tem um momento próprio para ser discutido. E não é este. De qualquer forma, o que foi dito merece algum registo. Há realmente uma divisão entre nós e o Partido Comunista nesse domínio, não vale a pena esconder. Entre a Câmara pagar um Hospital e não ter nenhum, o Partido Comunista acha que não devemos ter nenhum, e de outra forma não havia a mínima possibilidade de o ter; entre a Câmara pagar 30% dos Centros de Saúde, ou não ter os Centros de Saúde; entre a Câmara dar os 270 mil euros para as viaturas das forças de segurança, ou não ter carros. É uma lógica, e eu respeito, mas não é a nossa. Se nós tivéssemos que prejudicar algum investimento próprio, da Câmara, em função destes investimentos, mas não é isso que acontece. -----

--- Em relação aos auxiliares, aí, já o Partido Comunista não se importa que nós nos substituamos ao Estado; aí, já a coerência não existe, porque nós somos chamados a substituir o Estado central a colocar auxiliares

para além do que a Lei prevê – é uma coisa um pouco estranha! -----

--- Dizer que não se apoia a Habitação Social quando existe um Plano – amanhã mesmo, vamos ter uma reunião com o IHRU a propósito disto -, e nós temos feito grandes investimentos na Habitação Social, quer na recuperação de prédios, quer na recuperação de casas. Portanto, neste domínio não é possível dizer-se o contrário do que temos feito. -----

--- Na Juventude, quem é que fez o investimento para que possamos ter a Pousada da Juventude? Quem é que está a fazê-la? Ou no âmbito da Educação, com o Plano Local da Educação, e com um grande investimento que estamos a fazer nas Escolas. -----

--- De qualquer forma, agradeço à senhora Deputada o ter reconhecido que as contas são equilibradas, que é positivo, e a postura de equilíbrio com que manifesta o seu apoio àquilo em que acredita, o que é sempre muito saudável. Agora, com toda a franqueza, e não me leve a mal o eu dizer isto, mas por vezes penso que o Grupo Parlamentar do PC, que apoia o Governo, não é o mesmo PC! O PC critica, mas o Grupo Parlamentar apoia. Antes assim do que estarem os dois em desacordo. -----

--- **A Líder do CDS/PP, Deputada Eunice da Conceição Baeta**, referiu: Recordar que, na Ata nº11, de 2017, e vou citar o que o senhor Presidente da Câmara disse: “Tudo o que se puder fazer internamente, e mais barato, faz-se internamente”. Esta afirmação de 2017, foi feita no seguimento de uma intervenção feita por mim, relativamente a uma proposta apresentada em 2016 para a internalização dos Serviços. Eu gostava de esclarecer qual é que é a nossa divergência. Ela não reside na abdicação dos serviços contratados, mas sim, naquele Plano que foi apresentado, que se mostrou inadequado, e que não consegue colmatar as necessidades do nosso Município. E passo a citar os números que retirei dos relatórios, tanto da Tratolixo – a única entidade que recebe os resíduos de Sintra -, como o relatório feito e apresentado aqui. No ano de 2018, foram recolhidas 177.924 toneladas; o valor alocado aos resíduos é de 11.329.663 milhões, este o valor que eu retirei do relatório do ROC, o que dá uma média de 63 euros por tonelada; a este valor, devemos contabilizar o investimento que, entretanto, prosseguiu, com a aquisição de veículos, a partir de um protocolo que foi feito entre a Câmara Municipal, os SMAS e as Juntas de Freguesia, o que eleva o valor por tonelada para 66 euros. Eu recorro que, em 2008, no “Público”, em outubro, foi publicada a seguinte notícia: “O Município de Sintra foi vencedor do concurso municipal “Cidades Limpas 2008”. A autarquia foi distinguida pelo trabalho de limpeza e tratamento”. E vou referir os números que foram apurados nesse ano de 2008: o lixo, entregue à Tratolixo, foi de 203.984 toneladas, portanto, mais 26 mil toneladas do que no ano de 2018; e o valor alocado a este tratamento e a esta recolha foi de 10.891.194 milhões, o que dá uma média de 53 euros por tonelada. Senhor Presidente, o nosso problema não reside nas suas opções relativamente ao facto de querer que sejam os SMAS a fazer a recolha, antes, reside no facto do Plano estar despropositado, não cumprindo aquilo que o senhor Presidente prometeu, que foi ter um Município limpo – o que não aconteceu em 2018 -, e reduzir substancialmente o valor pago por este serviço. É esta a nossa única divergência. Eu não acho que os privados devam beneficiar de valores públicos, e a única coisa que eles nos conseguem transmitir é uma comparação da qualidade de serviço, o que não quer dizer que esteja refletida nos valores, mas aqui está evidente que, em 2018, o serviço prestado foi caótico. Percebemos que há uma mudança de serviço, e que há adaptações a fazer, mas nem por isso ele ficou mais barato. -----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Realmente, em 2008, a realidade era esta (a tarifa). E sabe qual foi a consequência disto? É que nós, quando chegámos em 2013, a Tratolixo tinha 170 milhões de dívida. Fez-se essa tarifa, que era manifestamente errada, e a

Tratolixo estava a falir quando chegámos, e até tinha feito um PER por causa disto. E mesmo a falir, a diferença não é muito grande, embora tivéssemos que aumentar a tarifa, caso contrário, não haveria a possibilidade de obter o acordo da banca, feito a 30 anos, com um espaço de isenção de pagamento de amortização e de juros, o que nos permitiu fazer o aterro. O que diz é verdade sobre a tarifa ser menor, mas há os 170 milhões. E mais, em 2008, era bom que visse quais eram as dívidas à Tratolixo – por acaso, a Câmara de Sintra nunca deveu um tostão à Tratolixo, mas havia outras Câmaras que deviam, e muito, chegando uma quase aos 4 milhões. -----

--- É verdade, também, que os nossos SMAS passaram, em 2018, um mau momento, e por vários motivos: o primeiro, pela adaptação necessária dos SMAS que não estava habituado a recolher o lixo, e passou a fazê-lo; em segundo, porque não tivemos a colaboração de quem estava habituado a 20 anos sem ter concursos, e foi rescindido o vínculo, e mesmo assim, com alguma dificuldade. -----

--- Portanto, as contas não estão bem-feitas, a não ser que queira descer outra vez a tarifa para a Tratolixo voltar a ficar com a dívida que tinha, o que era muito fácil. E mais, quando nós chegámos, depois da dívida, na altura, estávamos a pagar a 68 euros, mas já a conseguimos baixar, e pode continuar porque a Tratolixo, que era uma empresa completamente arruinada, hoje é uma empresa de futuro. E se tudo correr bem, pode tornar-se num grande investimento por parte da Câmara de Sintra. Quando nós tivemos que dizer que queríamos a presidência da Tratolixo, não fomos buscar ninguém de partidos, nem ninguém de Câmaras, optando por perguntar ao Instituto Superior Técnico quem era a melhor pessoa que sabe tratar de resíduos. E foi-nos dito que era a Professora Susete Martins Dias, que veio trabalhar connosco. Infelizmente, agora vai-se embora porque não ganha o suficiente, o que nos obriga a arranjar outra pessoa para Presidente, mas tem que ser alguém do mesmo nível, eventualmente com outro estatuto. Portanto, o que nós fizemos na Tratolixo foi salvar uma empresa! O que não se pode fazer é falar de uma empresa que estava com 170 milhões de dívida e que tinha a tarifa que tinha, e comparar as tarifas de então e de agora. Neste momento, a taxa de gestão dos resíduos é de 1 milhão de euros, o que não acontecia nessa altura, não havia. -----

--- Neste momento, a questão dos resíduos está bastante melhor, mas houve um problema sério! Hoje, em 2019, e mesmo em 2018, a situação está completamente normalizada. Não sei se continua a haver prémio do lixo, ou não, mas nós temos recebido tantos, e vamos receber mais um porque, na Área Metropolitana de Lisboa, somos o segundo melhor Concelho para viver, passando Cascais. Seguramente, não é pelo lixo que existe nas ruas. -----

--- O que eu acho é que, relativamente a esta matéria, temos conceções diferentes. Nós acreditamos no Serviço Público, como acreditamos na concorrência entre este e o serviço privado, mas há quem entenda que o Serviço Público é sempre mau. Não é essa a nossa intenção, e até lhe digo que, caso pudéssemos voltar atrás, tomávamos a mesma decisão, porventura, até mais cedo. O que nós não tínhamos era feito chegar o aviso à SUMA com 2 dias de atraso legal, o que lhe permitiu ter ficado lá mais um ano. Estamos bem como estamos, a tarifa é a correta, e estamos a continuar a trilhar o caminho que sempre trilhámos. --

--- **A Deputada Maria Helena Correia Pissarro Cardoso, do PS,** referiu: Mais um ano de uma prestação de Contas que nos deve deixar a todos orgulhosos. Sintra é, hoje, uma referência nacional a nível de transparência e boa gestão dos dinheiros públicos. O Saldo Orçamental Acumulado que transitou foi de 140 milhões de euros e refere-se aos saldos das contas de gerência dos últimos dois anos, frutos de uma gestão eficiente, a nível financeiro. Da análise feita, verifica-se do lado do orçamento da Receita uma taxa de execução de 106%, valor acima do esperado, que se deve às candidaturas apresentadas por este executivo camarário, sobre as quais recaíram pareceres positivos, e as candidaturas foram aceites. É disso exemplo

o projeto de requalificação da Ribeira do Jamor, as unidades de Saúde, a recém-inaugurada requalificação da Ribeira da Laje (no passado dia 25 de abril), e a requalificação das Escolas. De mencionar, também, do lado da Receita, tendo em conta a dinâmica da Economia que se sente no nosso Concelho, e apesar de uma descida de 6 pontos no IMI, a autarquia arrecadou, em 2018, 95 milhões de euros nos Impostos Diretos. A taxa de execução da Despesa foi de 78,4% - e gostava, aqui, de mencionar o aumento considerável nas despesas com Pessoal, num aumento por volta dos 3 milhões de euros, que se deve ao aumento do salário mínimo nacional e à progressão nas carreiras, há tanto tempo ambicionadas pelos funcionários públicos. --

--- Gostava de mencionar, também, todo o trabalho que tem sido feito no âmbito das Grandes Opções do Plano, nomeadamente: na Rede Municipal de Ciclovias; na reabilitação das Redes Viárias; a intervenção no Parque Escolar (num montante de 3,9 milhões de euros), não esquecendo todas as outras funções sociais que competem à Câmara Municipal, aumentando assim o investimento realizado na área da Educação; as requalificações urbanas nas ARU's de Rio de Mouro e de Mem Martins; a construção dos Centros de Saúde, ou o Hospital de proximidade. De mencionar, também, o parque de lazer da Rua da Ramada Curta, e a sua reabilitação, ou o investimento realizado nos parques e jardins, que tanto tem dignificado o nosso Concelho. A nível da Gestão de Equipamentos Desportivos, falar também da requalificação do polidesportivo de Ouressa. Não posso deixar também de mencionar a transferência de verbas que, a nível do Investimento Indireto, é feito para as Juntas de Freguesia, e de mencionar uma vez mais, aqui, senhor Presidente, os novos protocolos de Delegação de Competências que foram entregues às Juntas de Freguesia, relativamente à recolha dos "monos" e às pequenas reparações nas Escolas – é prova do trabalho que as Juntas têm vindo a fazer no sentido de termos uma Freguesia mais limpa e Escolas mais satisfeitas. -----

--- É perante esta execução orçamental que a Câmara Municipal de Sintra pode, sem sobressaltos, assumir compromissos plurianuais. Até podem dizer que temos, aqui, um excesso orçamental, mas se pensarmos nos compromissos plurianuais que estão definidos para este ano (83 milhões de euros), para 2020 (33 milhões de euros), e 2021 (19 milhões de euros), conseguimos perceber que este excedente orçamental que temos, felizmente, já tem destino, isto, porque sabemos o que é que queremos para o Concelho de Sintra. Continuámos a assistir, em 2018, ao afirmar de uma política de proximidade que pretende, de uma vez por todas, acabar com a exclusão social, proporcionando a todos melhores condições de vida, seja com os novos Centros de Saúde, seja com as nossas Escolas requalificadas e remodeladas, ou com uma política de Ação Social muito consciente das necessidades dos sintrenses. -----

--- Muito mais havia para dizer, senhor Presidente, mas uma coisa sabemos, é que existem vários caminhos para o desenvolvimento urbano e rural, várias formas de crescer a nível económico, mas esta forma, estamos certos, é aquela de que precisamos, é o que queremos para o nosso Concelho, é por aqui o nosso caminho. -----

--- **A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Em primeiro lugar, gostaria de dar os parabéns à senhora Vereadora, Dr.^a Piedade Mendes, bem como aos técnicos dos dois Departamentos que consigo trabalharam na realização deste documento que aqui nos foi apresentado que é muito claro e preciso. -----

--- Verificamos que existe uma acumulação de Receita, que nada tendo de mal, deveria permitir uma taxa de execução superior, sobretudo nas áreas sociais onde detetamos uma taxa de execução de 50,6%, o que é pouco mais de metade do que foi orçamentado, e também numa área em que os municípios mais sentem na "pele", como é o caso do espaço público. -----

--- Sempre fomos favoráveis à afetação de verbas municipais a equipamentos que, sendo da competência

da Administração central, esta não investe. E sendo equipamentos que servem os sintrenses, sempre achámos muito bem que Sintra dissesse que estava presente, mesmo substituindo-se ao Governo central que, realmente, aqui não investe. O dinheiro é para servir os municípios, é para isso que ele serve, e por isso sempre tivemos essa postura. Mas queremos mais! O Saldo Acumulado pode permitir baixar mais os impostos para os municípios, aumentar o investimento na Habitação Social, na Intervenção Social e no Espaço Público. A Câmara tem solidez financeira, e ainda bem, mas pode fazer mais. -----

--- Agora, gostaria de questionar o senhor Presidente sobre uma questão que foi noticiada e que, não dizendo diretamente respeito a estas contas, pode afetar contas futuras. Tem a ver com decisões, umas mais recentes do que outras, mas esta da AT é recente, e vem no seguimento de Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, de revogar os atos de liquidação de IMI nos parques eólicos. As notícias falam de imposto já cobrado, e estamos a falar de liquidações, até de 2013, que já foram entregues às Câmaras, e que serão devolvidas. Em linhas gerais, isto tem a ver com o conceito de “prédio” para efeitos de tributação em sede de IMI (considerando torres eólicas como prédios), e agora o imposto cobrado deverá ser devolvido com juros, incluindo juros compensatórios. Assim, gostaria de saber se há algum impacto para Sintra? Qual é o impacto? De que maneira é que estas decisões judiciais podem ter impacto nas contas do Município? -

--- Uma outra questão que eu não posso deixar de referir, que até foi muito falada no mandato anterior, e que tem a ver com o Fundo de Apoio Municipal, o celebre FAM. Quando este Fundo foi criado, o senhor Presidente teve uma reação de enorme oposição, de molde a ter motivado até um recurso aos Tribunais. Nós sempre encarámos o Fundo de Apoio Municipal como um espaço de solidariedade, e assim continuamos a fazer. Não posso deixar de notar que o mesmo continua em vigor, embora tenha sofrido, em 2017, uma pequena alteração nos montantes, mas o Princípio continua em vigor. Apenas me queria congratular com isso. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao FAM, ele já devia ter acabado antes, vai acabar para o ano, mas ainda temos mais este ano. Nunca concordámos com ele porque entendemos que não era justo. -----

--- Em relação à Taxa de Execução, nós somos os primeiros a ficar preocupados com isso. E porquê? Face aos atrasos permanentes em obra, nós andamos permanentemente atrás dos empreiteiros a solicitar faturas, mas é obvio que nós não podemos antecipar, pagando o que não está feito, só para ter execução. Isso não podemos fazer. Realmente, há atrasos, e atrasos imensos como acontece com o Centro de Saúde de Sintra, ou com a Pousada da Juventude, mais de um ano, ou ainda, nos demais Centros de Saúde. Estamos a lidar com uma situação complexa porque, se nós entramos com multas, eles vão embora e nós ficamos com uma caução executada que é mínima em relação às obrigações em presença. E porquê? Qual a razão de ser destes atrasos? Eu acho que se devem a dois motivos: primeiro, devido à falta de mão-de-obra porque o nosso concelho está em pleno emprego; mas o problema mais grave talvez até nem seja esse, antes, pelo facto destas obras serem tomadas e começadas em momento (anterior) de crise, numa altura em que os preços estavam muito baixos. Por exemplo, quando olhamos para a Pousada da Juventude, que nos custou 1 milhão e tal de euros, hoje não a fazíamos por esse preço, porventura nem por 3. Olhemos para Almargem do Bispo! Aquele magnifico Centro de Saúde não chegou a custar 700 mil euros, e hoje não o faríamos por esse preço. Aqui, em relação à Pousada da Juventude, sendo o mesmo empreiteiro, temos estado à espera que ele acabe o Centro de Saúde de Sintra, e está praticamente pronto, para que o seu pessoal possa voltar para a obra da Pousada. Assim, é com isto que nós temos estado a conviver, um problema muito complicado e sério. -----

--- Nós não temos tido muitos concursos desertos, mas ainda hoje estivemos numa Escola, em Mem Martins, cujo concurso ficou deserto por 3 vezes. É obvio que, depois, tudo isto tem a ver com a execução da Despesa. Não é tanto nós não querermos executá-la, não é isso, mas sim pelo facto de as coisas serem o que são. E nós temos que lidar com elas como elas são. -----

--- Por fim, quando diz que podemos fazer mais, aí, estou de acordo consigo. Podemos sempre fazer mais. Aquilo que está feito, já está feito; o que está a ser feito, está a ser feito; o que é importante é olhar para o futuro, é projetar o futuro. Aí, tem razão, nós temos que ir mais longe, e vamos mais longe: temos que projetar a Circular Poente; temos que ter o Plano de Urbanização da Serra da Carregueira - temos que fazer os 190 hectares do Parque Urbano da Carregueira; temos que olhar para a Quinta da Marquesa, na Tapada das Mercês, e fazer ali uma grande urbanização que seja a “cara da nossa cara”; temos que ter o PDM cá fora, e executá-lo da maneira como o temos executado. Isto é olhar para o futuro, o que muito nos preocupa, porque o que está feito está feito, o que está a acontecer é prosseguir. Agora, a projeção do futuro, essa é a mais importante, e é isso que estamos a fazer. É por isso que, quando diz que podemos fazer mais, aí, estou de acordo consigo. -----

--- Em relação às eólicas, nós temos 3 grandes torres eólicas no Concelho, mas todas em solo rústico, em terrenos privados, pelo que, penso, não temos que nos preocupar muito com isso. Agora, temos de nos preocupar é com as indemnizações. Hoje, consta das nossas contas um pagamento que fizemos de 1,8 milhões de indemnização, só porque, quando contestámos o pedido de indemnização sobre um terreno do Polis Cacém, nós, em vez de contestarmos a propriedade daquela pessoa, não o fizemos, apenas contestando o valor da indemnização. A partir daí, foi o que foi: 1,8 milhões que me “doeram como se me tivessem arrancado os dentes”. E foi até ao Supremo. Agora, temos outro problema ainda mais grave, que é uma ação em que nos pedem vinte e tal milhões, e que nós estamos a discuti-la até ao limite, e também no Cacém. Por isso é que a senhora Dr.^a Piedade faz muito bem em ter essa Prevenção para fazer face a eventuais situações como estas. -----

--- **O Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: O meu obrigado pela apresentação que aqui foi feita destes documentos, e pela clareza com que foi feita, porque assim é fácil compreender, de uma forma geral, qual é que é a tendência do ano económico anterior, e qual é que é a Apresentação de Contas da Câmara. Antes, já tinha acontecido a Apresentação de Contas e a discussão com os Deputados Municipais, em sede da respetiva Comissão, o que também é uma atitude de saudar. Nós achamos que é importante louvar este tipo de Prestação de Contas, assim como o trabalho de quem, com a senhora Vereadora, fez estes documentos, capacidade de trabalho essa que já fora reconhecida pelo ROC na reunião que há pouco citei, e que a senhora Vereadora também lhe fez menção. Nós, obviamente, associamo-nos a essa saudação. -----

--- De uma forma geral, temos um Relatório que nos demonstra uma boa saúde financeira da Câmara Municipal, que resulta do rigor na gestão, por um lado, e por outro, beneficiando de um cenário económico favorável registado no país, e também no Concelho de Sintra, com certeza. E esse cenário económico favorável traduz-se no aumento das receitas do IVA, do IMT, do IRS e do IMI. Mas isto vai um bocadinho em contramão com quem defendeu durante anos a política da “terra queimada”, dos cortes de rendimentos e de direitos, que tão poucos resultados deram. Felizmente, essa política foi invertida, ou pelo menos parcialmente invertida, permitindo ao país alguma recuperação económica, e ao Concelho de Sintra também. -----

--- Apresenta uma taxa de Execução baixa, o que nos foi explicado, em parte, pela questão conjuntural que

aqui foi dita, embora sejam dados que nos devem fazer pensar, e que devem fazer a Câmara pensar como é que vai enfrentar esta situação daqui para a frente, porque não podemos continuar a ter, por anos consecutivos, taxas de Execução baixas, não conseguindo cumprir aquilo que temos em Plano. O senhor Presidente já explicou largamente as razões associadas a esta baixa taxa de Execução; de qualquer forma, há que estrategicamente repensar, aqui, algumas das propostas, e algumas das intervenções, para que isso não continue a ser uma realidade. -----

--- Outro aspeto a salientar são os cerca de 140 milhões que estão imobilizados no banco, parte por causa desta baixa taxa de Execução e de obras que só vão começar a ser pagas este ano, mas também uma parte por opção estratégica de retenção de fundos para, depois, poder haver capacidade de intervenção. Genericamente, não estamos contra esta política, e até nos agrada saber que, em 2021, a Câmara vai deixar de estar endividada à banca, mas achamos que o dinheiro que está em reserva, e que não está destinado, nem às reservas estratégicas, nem ao eventual pagamento de indemnizações, este dinheiro ainda é suficiente para permitir algumas intervenções, e algumas propostas mais ousadas, e avançar em algumas áreas que, até agora, não têm sido tão privilegiadas. Já dissemos isto no ano passado, e as três propostas que deixámos “em cima da mesa”, achamos que continuam válidas, e por cumprir; achamos que a Câmara Municipal deveria fazer um investimento maior e mais sustentado na Habitação Social e no Parque Habitacional Municipal. Apesar de estar a fazer um esforço, e reconhecemo-lo, consideramos que, face às necessidades - face a situações de gentrificação dos nossos centros urbanos; face a pessoas que estão a ser despejadas de suas casas porque os senhorios querem aumentar as rendas para preços astronómicos por causa da especulação imobiliária; face a fenómenos de sublocação em vários locais do Concelho onde vivem várias famílias inteiras -, a Câmara Municipal teria de ter uma capacidade de resposta, e poderia usar parte desta verba que tem de reserva para criar e reforçar esta capacidade de resposta. -----

--- Por outro lado, a Câmara tem aqui uma “almofada” financeira para fazer uma proposta de Orçamento Participativo. É uma proposta que o Partido Socialista prometeu, prometeu... e até já disse que ia apresentar uma proposta muito boa de Orçamento Participativo, mas nunca o fez, e está na altura de considerar essa proposta. -----

--- A terceira questão tem a ver com as Tarifas Sociais, a nível da Água e do Saneamento. Foi-nos dito, e os relatórios demonstram-no, que a Câmara de Sintra dispensa cerca de 500 mil euros por ano em Tarifas Sociais para ajudar cidadãos mais necessitados. Sim senhor, é muito importante, mas consideramos que deveriam ser criados mecanismos de automatização de algumas situações para evitar burocracia; que deveriam ser alargados alguns critérios de inclusão para as Tarifas Sociais, para ultrapassar barreiras, facilitando a vida aos utentes. -----

--- Em quarto lugar, ainda faltam alguns mecanismos que permitam estas automatizações, mas consideramos que, se houver vontade política e empenho - e já vimos que o executivo da Câmara, quando tem um interesse muito particular, movimenta-se nessa direção com todas as forças que tem -, consideramos, como dizia, havendo vontade política e empenho, é possível criar estes automatismos, e sermos um Concelho pioneiro nas políticas mais avançadas em tarifário social. Estas políticas são necessárias, e até deram nos últimos anos tão bons resultados, por exemplo, no caso da eletricidade e da energia. -----

--- A terminar, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente este relatório de Contas. Dissemos, na altura em que foi apresentado o Orçamento, que havia algumas questões que levantávamos face a algumas faltas que o Orçamento de 2018 apresentava, e que na altura apontámos. Mas, em relação a este Relatório de Contas, não temos mais nada a dizer do que aquilo que já referi, pelo que votaremos favoravelmente sem

qualquer tipo de problema. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação às Tarifas Sociais e aos automatismos, vamos estudar para vermos como é que poderemos fazer. Tudo o que for para melhorar este apoio social, nós estamos perfeitamente conscientes dessa necessidade, e interessados em fazê-lo. Portanto, Carlos Vieira, vamos estudar para podermos melhorar. -----

--- Em relação à Habitação Social, nós temos que aguardar pelo Plano de Habitação Social, que está praticamente pronto, e será aprovado muito em breve pela Vereação, estando em condições, a partir daí, para fazermos os ajustamentos e os investimentos necessários. Até ao momento, são muitos os investimentos que temos feito, mas sem um Plano global de Política de Habitação Social, Plano esse que, muito em breve, vamos ter. -----

--- Em relação à “almofada financeira” para um Orçamento Participativo, o que eu penso é que um Orçamento Participativo, se for bem estruturado, pode ter alguma razão de ser. Agora, e com toda a franqueza, eu não sou muito adepto do Orçamento Participativo sem nenhum tipo de limitação. Dizemos que dispomos de 2 ou 3 milhões, e agora “digam lá onde querem que este dinheiro seja aplicado”, eu acho que esse Orçamento Participativo fica muito ao dispor de quem se organizou, de quem é mais organizado, e por vezes tal não representa o sentir da generalidade das pessoas – tenho imenso receio disso! Para mim, um Orçamento Participativo poderá ser, e tenho-o dito, entre 3 ou 4 projetos que tenhamos, e não os podemos fazer todos em simultâneo, explicá-los amplamente às pessoas, pedindo-lhes que, em sua opinião, digam qual deles acham que deva ser feito – por aí, eu não excluo uma hipótese dessas. Vamos ver! E tem de ser visto com cuidado porque estamos a falar, André, de dinheiro que não é nosso, apenas sendo fieis depositários do dinheiro dos munícipes. Veja só a responsabilidade que assumimos quando dizemos que alocamos determinada verba a este ou àquele fim – tem que ser um fim social. Quem paga taxas e impostos tem o direito de ser ressarcido em Serviços Sociais. E essa é a grande questão da responsabilidade dos eleitos. Embora, partindo de uma escolha entre vários projetos, admito que se possa estudar essa matéria. -----

--- A **Líder do CDS/PP, Deputada Eunice da Conceição Baeta**, referiu: Senhor Presidente da Câmara, só venho aqui para esclarecer alguma distorção, e barulho de fundo, que levantou. Eu não falei da Tratolixo! Limitou-se a uma recolha de dados que eu utilizei. A dívida da Tratolixo, os pagamentos à Tratolixo sempre foram efetuados pela Câmara, agora, e há muito tempo. A criação dela data de 1980 e, portanto, não tem nada a ver. O que fiz comparativo foi entre a quantidade de lixo recebida com o valor pago, e a qualidade de serviço prestado, que nós temos comparativamente com os dois anos. Foi a isso que eu me cingi. O serviço e os meios não estão adaptados às nossas necessidades. É só isto, ou seja, o plano que a antiga Diretora-delegada lhe apresentou não estava preparado para aquilo que iria enfrentar. Foi só isto. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu não quero prolongar esta discussão, mas a verdade é que o que frisou foi o custo da recolha, dizendo que este é mais caro agora do que era dantes. E eu, como falou da Tratolixo e da tarifa, pensei que era a isso que se referia. A verdade é que a tarifa era mais baixa, mas deu um prejuízo de 170 milhões. Foi só isso que referi, e continuo a referir. -----

--- O **Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues**, do CDS/PP, referiu: Começando pelas Contas da Câmara, em termos técnicos não haverá muito a apontar! Os próprios auditores pronunciam-se no sentido em que

as Contas merecem aprovação. Coloco, no entanto, um reparo quanto a obras cujos autos de receção tem data de 2017, mas a Câmara Municipal de Sintra apenas as considerou como terminadas em 2018. Neste aspeto, os auditores recomendam a adoção de procedimentos de acompanhamento, para que o reconhecimento das mesmas seja feito atempadamente (pp 14, do Relatório). -----

--- A situação de Tesouraria da Câmara Municipal de Sintra, nomeadamente, os valores em depósitos bancários aumentaram substancialmente, face ao ano anterior. Em 2018, os saldos em contas bancárias ascendem a 144 milhões, contra os 111 milhões que tinha no final do ano de 2017, num aumento de quase 31%, provavelmente, para ser gasto em ano de eleições. -----

--- A Dívida bancária, também já falámos que era de cerca de 8 milhões, não chega, de 7.916,680 euros. Todavia, poder-se-á questionar se faz sentido ter depósitos bancários neste montante, e manter a dívida bancária. Temos que aferir a relação custo/benefício, caso procedam à amortização. -----

--- Quanto à despesa paga em Informática e Comunicações (pp 22), que tem a ver com a despesa em trabalhos especializados. Em 2016, foi de 465.328 euros, em 2017 foi de 509.558 euros, e de 1.048,607 euros em 2018. O que é que justifica este aumento de 105,8%? -----

--- Quanto às Contas dos SMAS, à semelhança do que já havia ocorrido em 2017, os SMAS também tiveram, em 2018, um resultado operacional negativo, tendo inclusivamente piorado em 2018 face ao ano anterior. Todavia, fruto de resultados extraordinários positivos, em grande parte devido ao subsídio de Investimento, acabou por ter um resultado líquido positivo em cerca de 830 mil euros, o que se compara com o resultado de 1.385,000 de euros, em 2017. Também em relação aos SMAS, os auditores pronunciam-se no sentido que as Contas merecem aprovação, não deixando de efetuar leves reparos relativamente a alguns procedimentos internos de funcionamento. Nomeadamente, recomendam a análise e a regularização de divergência entre os valores reconhecidos no balanço como “Acordos celebrados com clientes”, e um ficheiro de controlo desses mesmos clientes. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Sobre o problema do Auto de Receção”. É verdade que nós só fazemos o Auto definitivo de Receção quando a obra está completamente acabada, e por isso, uma obra que tenha sido recebida em 2017, mas que não estava ainda completa, o auto de Receção só é passado quando está completa, o que aconteceu em 2018. Quanto aos depósitos bancários e às eleições (num momento em que estamos a dois anos e meio de as ter), quero que saiba que já tínhamos muitos depósitos bancários antes, e mais, sempre que olhar para os depósitos bancários, saiba que o dinheiro está em boas mãos. Se não estivesse aqui é que devia perguntar onde é que estava. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.-----

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 287-P/2019) – **“Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra – SMAS, referentes ao ano de 2018, nos termos da respetiva proposta”**.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 32 (PS; 1 PSD; 1 CDS-PP; CDU; BE) -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 11 (6 PSD; 4 CDS-PP; MPT)-----

--- Esta Proposta foi **aprovada** por **maioria** . -----

--- Ponto **4** da Ordem de Trabalhos: (*Proposta nº 319-P/2019*) – **“Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Sintra, referentes ao ano de 2018, nos termos da respetiva proposta”**.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 32 (PS; 1 PSD; 1 CDS-PP; CDU; BE) -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 11 (6 PSD; 4 CDS-PP; MPT)-----

--- Esta Proposta foi **aprovada** por **maioria** . -----

--- Ponto **5** da Ordem de Trabalhos: (*Proposta nº288-P/2019*) – **“Tomar conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2018 da Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra - EMES, EM SA, nos termos da respetiva proposta”**.-----

--- A Assembleia Municipal **tomou conhecimento**. -----

--- Ponto **6** da Ordem de Trabalhos: (*Proposta nº 320-P/2019*) – **“Apreciar e votar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019, aos anos 2020 e 2021, da Câmara Municipal, nos termos da respetiva proposta”**.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 32 (PS; 1 PSD; 1 CDS-PP; CDU; BE) -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 11 (6 PSD; 4 CDS-PP; MPT)-----

--- Esta Proposta foi **aprovada** por **maioria** . -----

--- Ponto **7** da Ordem de Trabalhos: (*Proposta nº 296-P/2019*) – **“Apreciar e votar a alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2019, nos termos da respetiva proposta”**.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: São 6 postos de trabalho, de natureza transitória, para fazer face ao grande aumento de licenciamento que temos nos Serviços de Licenciamento. Portanto, são de natureza transitória, com um prazo determinado, para responder a um aumento enorme da procura de licenciamento, e ao mesmo tempo, no âmbito do trabalho com o PDM. Quando acabar esta situação de exceção, acabam os contratos. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi **aprovada** por **unanimidade** .-----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o Projeto Educativo Local de Sintra, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 306-RP/2019.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Este é um projeto da maior importância estruturante para o Concelho, e eu pedia autorização ao senhor Presidente da Assembleia para que o responsável, o Dr. Frederico Eça, pudesse fazer uma apresentação deste projeto antes das pessoas usarem a palavra, uma vez que haverá um esclarecimento mais global. -----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Senhor Presidente, é trazido aqui ao debate, um documento bastante grande e denso, importante para o Município. Pelo que percebo, é o resultado de vários anos de trabalho realizado por várias entidades associadas à Câmara de Sintra, sendo um documento que, contrariamente a outros documentos estratégicos que já temos aqui discutido, uns de maior volume, outros de menor volume, não passou nas fases de elaboração pela Assembleia Municipal, e não foi previamente discutido na Comissão especializada. Aquilo que gostaria de sugerir, independentemente da apresentação que possa ser feita hoje, nesta Sessão, pelo executivo e pelo Dr. Frederico Eça, é que este documento não seja votado hoje, e baixe à Comissão para ser analisado com mais pormenor, e até possam ser dadas explicações mais detalhadas. Era esta a proposta que queria fazer, e deixo à consideração da Assembleia. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu acho que o André Beja tem razão. Este projeto deve baixar à Comissão para, aí, ser discutido face à sua grande importância para o nosso Concelho, pelo que toda a participação é bem-vinda, sem embargo de poder ser apresentado hoje, uma vez que ficaríamos já dentro do assunto.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Com o devido respeito, se baixa à Comissão, baixa à Comissão, e a discussão ficará para uma próxima Sessão. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Estava, aqui, a ser sugerido que o Dr. Frederico Eça fizesse uma primeira apresentação na própria Comissão. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Assim sendo, o senhor Presidente da Comissão diligenciará no sentido de se reunirem e ouvir a entidade referida. -----

--- A Proposta **baixou** à **Comissão** Especializada de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.-----

.../...

---- Foi submetido a apreciação o Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil.** Proposta nº 300-P/2019. -----

--- A **Deputada Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo**, do **PS**, referiu: Enquanto Coordenadora da Comissão de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil, dizer apenas, relativamente ao Regulamento que está, agora, em discussão, que foi unânime o reconhecimento da importância que o mesmo importa, sobretudo numa pequena ferramenta que vai constituir uma mais valia na atuação da Câmara Municipal de Sintra, a que esta deu o nome de Estado de Necessidade Administrativa. Segundo a informação que foi prestada pela Câmara Municipal, esta ferramenta vai permitir que nas zonas urbanas a autarquia possa agir rapidamente quando estiver perante a pretensão de interesses que justifique colmatar e atalhar caminho, o que, por vezes, do ponto de vista burocrático, não é possível. Através deste instrumento, a Câmara Municipal vai poder agir, salvaguardando o interesse que é de todos.-----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.--

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

-- Nos termos do Art. 57º, n.ºs 3 e 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 34º, nº 6 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 6**).-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 23h30m.-----

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

.../...

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



Moção

45º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974.

45º Aniversário das Celebrações do 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador - em Liberdade.

Entre o dia 25 de Abril e o dia 1 de Maio de 1974, podemos afirmar que decorreu uma semana que abalou o mundo: Portugal rompia com 48 anos de opressão, realizava uma revolução democrática e o povo saía à rua, onde o debate político e os festejos rompiam sobre a nova luz da liberdade.

Nessa semana o nosso país mostrou ao mundo que era possível uma revolução sem violência, sem massacres, sem vinganças, sem transitar para outro tipo de regime opressivo.

As celebrações do 25 de Abril e do 1º de Maio são, por esses motivos, património de toda a Humanidade e não apenas um marco no calendário nacional. São património da Humanidade que acredita e celebra a liberdade, a democracia e, fundamentalmente, a tolerância. Valores que importa preservar e continuar a cultivar aquém e além-mar.

Nestas datas devemos sempre aprofundar e partilhar a memória por aqueles que lutaram e construíram a nova madrugada, mas também por aqueles que lutaram e cujo tempo lhes foi retirado antes da chegada da Liberdade. Devemos sempre saudar os nossos Capitães, as nossas Forças Armadas, as pessoas que durante 48 anos lutaram pela Democracia e, em especial, expressar o nosso reconhecimento e homenagem aos nossos presos políticos, aos exilados políticos e aos que foram assassinados pelas suas ideias políticas.

Hoje, decorridos 45 anos, não podemos ficar apenas pelos festejos. Os desafios não terminaram, pois se o fascismo do século XX foi vencido, novos ideais de autoridade, de revisionismo histórico e de intolerância surgem quotidianamente sobre uma capa tecnocrática de modernidade. Vivemos momentos contraditórios, com uma Humanidade tecnologicamente unida, mas ideologicamente dividida, com os discursos de ódio contra o outro a fazerem um caminho diário, esse outro que tem uma religião, etnia, língua, país, orientação sexual, ou até mesmo preferência futebolística diferente.

Mas a intolerância não se pratica apenas nos discursos de ódio de minorias extremistas, mas também nas políticas incoerentes. Vemos, por exemplo, uma certa Europa que encerra as suas fronteiras às pessoas vítimas da guerra e da miséria, e que convive bem com o facto de milhares de pessoas todos os anos perderem as suas vidas no mar mediterrânico, mas que permite a livre circulação de capitais em paraísos fiscais, sem controlo eficaz ou exercício de autoridade pelos Estados. Ser intolerante com os fracos e tolerante com os fortes é também um sinal de intolerância.

O ano do 45º aniversário da Revolução de Abril é, coincidentemente, um ano vital para as Democracias portuguesa e europeia, com a realização de dois actos eleitorais de extrema importância, o primeiro para o Parlamento Europeu e o segundo para o Parlamento nacional. Estas eleições não podem ser vividas como uma mera formalidade, mas como o momento onde materialmente se vai decidir o futuro do nosso modelo de sociedade: são uma luta entre um modelo de sociedade democrático e tolerante e um modelo de sociedade autoritário e intolerante.



Partido Socialista
Assembleia Municipal de Sintra

Por esse motivo as celebrações dos 45º aniversários da Revolução de Abril e das primeiras celebrações do 1º de Maio em Liberdade, revestem não apenas trajes de festa, mas essencialmente da consciencialização, de debate político e de exercício da Democracia.

O Partido Socialista de Sintra vem, assim, nestas datas:

- Apelar à mobilização para a participação nos actos eleitorais de 2019, nomeadamente, para o Parlamento Europeu e para o Parlamento nacional;
- Saudar as Forças Armadas Nacionais e o Povo Português pela Revolução de Abril de 1974;
- Saudar todos os trabalhadores pelo Dia Internacional do Trabalhador, em especial todos os trabalhadores do Município de Sintra.

Sintra, 29 de Abril de 2019

O Grupo Político do Partido Socialista de Sintra



MOÇÃO 25 DE ABRIL E 1º DE MAIO

Há 45 anos, no dia 25 do mês de Abril um grupo de militares trouxe-nos a Liberdade. Liberdade de escolhermos o nosso destino enquanto povo. Nessa Primavera, há 45 anos, Portugal tomou um novo rumo livre de um regime autoritário e anacrónico que sobrevivia em contraciclo com as práticas democráticas vigentes na Europa Ocidental, desde meados dos anos 20 do século passado. O rumo da Democracia, nasceu no dia 25 de Abril, mas cumpriu-se desde o dia 25 de Novembro de 1975, data em que o povo português escolheu a Democracia do tipo Ocidental, o Progresso, e a Modernidade.

Desde essa data, em que o povo português escolheu os valores de Abril, que temos todos sem excepção a consciência de que esses mesmos valores devem ser honrados, do mesmo modo que devem ser honrados aqueles que nos proporcionaram este caminho.

O nosso caminho enquanto povo no pós-25 de Abril de 1974 foi sempre informado e enquadrado nesses princípios e nos valores humanistas, de solidariedade e de responsabilidade.

À medida que o caminho foi avançando, mais se tem concretizado a nossa Liberdade e a nossa Democracia.

Momento importante dessa consolidação foi a consagração constitucional do poder local democrático em 1976. Momento que permitiu o estarmos aqui hoje, nesta Assembleia, a comemorar o 25 de Abril de 1974. Momento que permitiu que dentro da nossa diversidade ideológica e programática possamos defender as nossas gentes.

Mais tarde, dez anos depois, com a adesão à então CEE, Portugal afirmou-se na Europa e no Mundo, como um País aberto, recuperando a sua vocação ancestral de dar Mundos ao Mundo.

Portugal reafirmou-se na Europa, sem perder a sua ligação aos novos países lusófonos, irmanados na CPLP.

E Portugal deu essas lições ao Mundo. Mostrou que apesar das dificuldades, é possível criar laços entre os povos, é possível fazer com que a sociedade seja mais coesa e solidária. Este desígnio nacional só tem sido possível porque os portugueses, em perfeita liberdade, sempre souberam fazer as suas escolhas, dentro da moderação e do bom senso

Mas não deixamos de ter consciência que vivemos actualmente, tempos difíceis, tempos em que as escolhas são cada vez mais determinantes.

Assistimos a derivas populistas em países com regimes democráticos sólidos, derivas perigosas em que tentam vender sonhos a preço de "pataco". Derivas tornadas possíveis porque o tempo e o devir geracional dissipam memórias sobre os efeitos trágicos dos regimes totalitários.

Mas temos noção, que em determinadas situações, na sede do Poder Democrático, se tomam decisões em que facilmente os cidadãos não se sentem devidamente representados pelos seus representantes.

Não podemos permitir que no seio de uma Democracia Representativa, se corte o cordão umbilical que liga os cidadãos aos seus representantes.

Em vésperas de eleições para o Parlamento Europeu, assistimos a como essas derivas populistas podem pôr em causa um projeto que trouxe prosperidade e o maior período de paz de sempre a um Continente "cansado" de guerras fratricidas.

Vivemos ainda um tempo em que noutros continentes, se continua a assistir a escaladas de guerra que geram morte, fome, miséria e fuga.

E não podemos ficar indiferentes a este cenário!

Tal como uma frágil flor que necessita de ser regada todos os dias, também a Democracia tem de ser fortalecida diariamente com coragem, com trabalho e com a abnegação de servir por inteiro a causa pública. As instituições democráticas têm que ser sólidas acima de quaisquer suspeitas de corrupção ou de nepotismo.

Passados os primeiros 45 anos sobre o 25 de Abril de 1974, o PSD continua a afirmar os seus valores programáticos de índole económico, social e cultural. Reafirmamos que a Política é um instrumento essencial ao serviço do bem geral da sociedade, da felicidade das pessoas, do respeito pelos Direitos do Homem bem como da promoção da dignidade humana.

A conquista da Liberdade proporcionou, igualmente, a celebração em festa do Dia do Trabalhador, comemorado, pela primeira vez em décadas, nesse dia 1 de Maio de 1974.

O 25 de Abril de 1974 trouxe-nos também o sindicalismo democrático como instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores.

E entendemos também que do mesmo modo que a Democracia deve respeitar escrupulosamente a liberdade sindical, deve igualmente honrar os compromissos com outras organizações essenciais à democracia. É na concertação social que a Democracia se cumpre e o desenvolvimento económico do País se realiza, na melhor tradição do tripartismo que constitui o vector essencial da Organização Internacional do Trabalho.

Sem esquecer o trabalho das Ordens Profissionais, que na sua função de auto-regulação das profissões constituem um instrumento essencial à boa regulação do mercado de trabalho.

O saudável relacionamento do Estado com todas as organizações que actuam na sociedade portuguesa é mandatória para a qualidade da Democracia.

O PSD saúda pois, todos os trabalhadores portugueses que no próximo dia 1 de Maio celebram a sua festa.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Sintra, reunida em sessão ordinária no dia 29 de Abril de 2019, delibera:

- a. Saudar todos aqueles que tornaram possível cumprir o sonho de viver em Liberdade;
- b. Afirmar os valores de Abril e a escolha pela Democracia, pela Liberdade, pela Solidariedade, pela Responsabilidade pondo no centro as Pessoas, pois é por elas e para elas que todo o esforço vale a pena.

A bancada do PSD da Assembleia Municipal de Sintra.

MOÇÃO

PARQUES SINTRA- MONTE DA LUA AO SERVIÇO DE SINTRA

Nos últimos dias fomos surpreendidos com notícias de que a Assembleia Geral da empresa de capitais públicos Parques Sintra-Monte da Lua, reunida em 17 de Abril de 2019, deliberou, por maioria, proceder à distribuição de dividendos pelos accionistas.

Esta deliberação priva a PSML de um valor de 6,8 milhões de euros que podiam ser afectados à conservação e preservação do património de Sintra.

A empresa que cumpre um papel verdadeiramente primordial na conservação da natureza e preservação do património e que tem atingido graus de excelência consubstanciados nos prémios internacionais que tem ganho, não recebe qualquer verba do Orçamento do Estado, apesar do inegável serviço público que presta não apenas a Sintra, mas a todo o País. A sua actividade é totalmente suportada pelas receitas que gera, seja de bilhética, seja de eventos.

Mas para manter o grau de excelência atingido e conseguir cumprir a sua missão não pode ver reduzido o seu orçamento por via da distribuição de dividendos ora deliberada e determinada pelo Secretário de Estado do Tesouro, em nome do Governo da República.

Como, aliás, foi, e bem, evidenciado pelo Senhor Presidente da Câmara de Sintra.

Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Sintra, propõe:

Repudiar veementemente a deliberação tomada pela Assembleia Geral da Parques Sintra-Monte da Lua em 17 de Abril de 2019 de distribuir os dividendos desta empresa pelos accionistas, solidarizando-se, assim, com a posição tomada pelo Senhor Presidente da Câmara de Sintra.

Sintra, 29 de Abril de 2019

A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Sintra

VOTO DE PESAR

No passado dia 13 de Abril morreu o Vitorino Pesquita, vítima de doença prolongada. Tinha 67 anos de idade e muito ainda para viver.

O Vitorino Pesquita consagrou uma parte muito importante da sua vida à sua terra – Pêro Pinheiro – e às suas gentes.

A vida levou-o para longe do seu País durante muito tempo, mas quando voltou a Portugal foi para a sua terra que regressou.

Foi o primeiro Presidente da Assembleia de Freguesia de Pêro Pinheiro cumprindo dois mandatos consecutivos.

Enquanto autarca, colaborou na elevação de Pêro Pinheiro à categoria de vila em 1989.

Foi, também, deputado municipal nesta Assembleia Municipal de Sintra.

Advogado de profissão, sempre esteve ao lado mais necessitados, nunca lhes negando ajuda profissional mesmo *pro bono*.

Sempre senhor de uma enorme consciência social, dedicou parte da sua vida ao Centro Social de Pêro Pinheiro, instituição de que foi Presidente durante vários anos e que muito impulsionou.

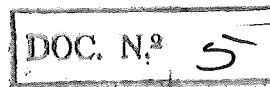
Um verdadeiro social-democrata, foi Presidente da Comissão Política de Secção de Pêro Pinheiro do PSD.

Afastado há alguns anos das lides partidárias mais activas, sempre foi um militante atento. O Vitorino Pesquita era alguém que o PSD muito se orgulha de ter tido nas suas fileiras.

Neste momento de luto e pesar, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Sintra propõe que esta se una à família do Vitorino Pesquita neste voto e assim, seja prestada uma singela homenagem.

Propõe-se, ainda, que a expressão deste pesar seja transmitida à família deste ex-autarca de Sintra agora desaparecido.

Sintra, 29 de Abril de 2019



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2ª SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2019

Expediente e Informações

1. Câmara Municipal de Sintra - Ata nº 07/2019 – reunião ordinária realizada em 26.03.2018.
2. Assembleia de Freguesia de Cacem e S. Marcus:
– Moção do PSD – “Pela melhoria dos transportes públicos”.
3. Área Metropolitana de Lisboa – Deliberações da reunião ordinária do CML – 18 abril de 2019.
4. Assembleia de Freguesia de Camarate, Unhos, Apelação:
– Moção do PSD – “Por condições de transporte publico idênticas entre municípios”.
– Moção da CDU – “Continuar a avançar na melhoria da oferta de transportes públicos em Camarate, Unhos e Apelação”.

Assembleia Municipal tomou conhecimento

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

Lina Maria Venâncio Andrês

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Textos aprovados em minuta)

--- No dia vinte e nove do mês de abril de dois mil e dezanove, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 2ª Sessão Ordinária, convocada nos termos do Artigo 27º e nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 31º do Regimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

- Hlocção PS - "15 de Abril / 1º de Maio" - Aprovada por MAIORIA em os votos a Favor - PS-PSD-CDU-BE-MPT e votos contra - CDS
- Hlocção PSD - "15 de Abril / 1º de Maio" - Aprovada por MAIORIA em os votos a Favor - PS-PSD-MPT, absteveas - BE, voto em branco - CDU
- Hlocção PSD - "Parques de Sintra - fonte da Luz ao senno do Sintra" - Aprovada por UNANIMIDADE.
- Voto de Reser - PSD - "pelo falecimento do Dr. Vitorino Pesquit". - Aprovado por UNANIMIDADE.

--- ORDEM DE TRABALHOS:-----

--- Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar:**-----

- Ata n.º 09/18 referente à 5ª sessão extraordinária realizada em 18 de outubro de 2018;-----

--- Aprovada por UNANIMIDADE-----

- Ata n.º 10/18 referente à 5ª sessão ordinária realizada em 15 de novembro de 2018.-----

--- Aprovada por UNANIMIDADE-----

--- Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 286-P/2019) - "Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas do Município de Sintra, referentes ao ano de 2018, nos termos da respetiva proposta".-----



--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 32 PS - CDU - BE - ICDS - IPSD

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 11 PSD - CDS - HPT

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 287-P/2019) – “Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra – SMAS, referentes ao ano de 2018, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 32 PS - CDU - BE - ICDS - IPSD

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 11 PSD - CDS - HPT

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 319-P/2019) – “Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Sintra, referentes ao ano de 2018, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 32 PS - CDU - BE - ICDS - IPSD

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 11 PSD - CDS - HPT

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 288-P/2019) – “Tomar conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2018 da Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra - EMES, EM SA, nos termos da respetiva proposta”. -----





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- A Assembleia Municipal de Sintra tomou conhecimento. ---

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 320-P/2019) – “Apreciar e votar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019, aos anos 2020 e 2021, da Câmara Municipal, nos termos da respetiva proposta”. ---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: ---

--- VOTAÇÃO: ---

--- Votos a favor: 32 PS-CDU-BE-ICDS-IPSD

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 11 PSD-CAS-MPT

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA. ---

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 296-P/2019) – “Apreciar e votar a alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2019, nos termos da respetiva proposta”. ---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: ---

--- VOTAÇÃO: ---

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. ---

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 306-RP/2019) – “Apreciar e votar o Projeto Educativo Local de Sintra, nos termos da respetiva proposta”. ---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: ---

--- VOTAÇÃO: Esta proposta foi retirada para baixo a discussão especializada

--- Votos a favor: _____

--- Votos contra: _____

--- Abstenções: _____



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta Proposta foi _____ por _____.

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 300-P/2019) – “Apreciar e votar o projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- **VOTAÇÃO:** _____

--- Votos a favor: 42

--- Votos contra: 0

--- Abstencões: 0

O Dr. Ricardo Varandas, do PS, não se encontra na sala no momento

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE de votos

--- Sintra, 29 de abril de 2019.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL